



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ALESSANDRO GUEDES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 04/11/2019

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Boa tarde a todos. Com a presença da Vereadora Soninha Francine e dos Vereadores Eduardo Suplicy, João Jorge – aos quais convido para fazer parte da Mesa - e Alessandro Guedes, declaro abertos os trabalhos da 25ª Audiência Pública que a Comissão realiza no ano de 2019, sendo a segunda audiência temática ao PL 647/19, de autoria do Executivo, que estima a receita e fixa as despesas do Município de São Paulo para o exercício de 2020. Sobre os temas: Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos.

Informo que o calendário das audiências públicas ao Orçamento de 2020 está sendo publicado no *Diário Oficial* da cidade de São Paulo desde o dia 18/10; em dois jornais de grande circulação: o *Estado de São Paulo*, nos dias 17, 23 e 31 do 10/19; e *Folha de São Paulo*, nos dias 18 e 24/10 e 1º/11; além de disponibilizarmos o calendário no seguinte endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2020/agenda. Informo também que as demandas podem ser apresentadas em formulários a serem retirados junto à Secretaria da Comissão, que fica à direita. Esse formulário pode ser acessado através do endereço eletrônico: www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2020, no link “Dê a sua sugestão”.

Foram convidados para esta audiência as Sras. Berenice Maria Giannella, Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, a quem convido para compor a Mesa; Aline Cardoso, Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, nossa querida Vereadora; a sociedade em geral e os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo – aos quais convido para fazer parte da Mesa.

Informo também que enviamos a todas as secretarias e subprefeituras constantes do calendário ofício convidando-os a participarem de todas as audiências públicas referentes ao PL 647/19, Orçamento de 2020.

Peço que componham a Mesa as autoridades presentes. Cumprimento todos, à sociedade em geral. As inscrições para o uso da palavra serão feitas à nossa direita, naquela mesa de inscrição. Os interessados poderão se dirigir ao local para se inscrever. Além da forma verbal, deverão apresentar as demandas por escrito em um formulário, que será

entregue a todos. A pessoal que quiser apenas preencher o formulário e entregar sem fazer o uso da palavra, também pode ser feito, sem qualquer tipo de problema. E aqueles que quiserem fazer posteriormente, através do *site*, também podem - como já disse - no *link* apresentado através do *site*: www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2020.

A dinâmica será a seguinte: iremos abrir espaço para uma rápida apresentação inicial das Sras. Secretárias ao público presente, em seguida os Srs. Vereadores poderão fazer questionamentos e as Sras. Secretárias responderão ao final. Tudo bem?

Inicialmente gostaria de passar a palavra à querida Secretária Berenice Maria Giannella. Lembro que após a manifestação do público, a Sra. Secretária terá espaço para dar as devidas respostas.

Apenas um esclarecimento, enquanto preparam os *slides* que a Sra. Secretária fará uso: as pessoas podem se inscrever para as duas discussões, tanto Assistência Social, como Trabalho, ou Direitos Humanos. Os temas não serão abordados em separado, por isso cada um faz a sua manifestação, e a Mesa ou a secretaria responsável anota aquilo que for pertinente à sua pasta para que possam responder ao final.

Com a palavra a Sra. Secretária.

- A oradora passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA - Boa tarde a todos. Boa tarde, Sras. e Srs. Vereadores. É um prazer estar novamente nesta Casa.

Vou começar com a apresentação da SMADS, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Esse é o histórico dos últimos anos em relação ao Orçamento, desde 2016. Se a gente notar, a variação de 2019 para 2020, que é o objeto da reunião de hoje, a gente vê que tem um acréscimo no orçamento da SMADS para o ano de 2020; considerando a administração direta, o fundo de Assistência Social e também uma verba da Educação que virá para SMADS no ano que vem.

Esse outro *slide* está um pouco mais detalhado. A gente tem para 2020, que é a

última coluna, cem milhões que deverão ser transferidos da Secretaria Municipal de Educação; previsão de 74 milhões do Fundo Federal; e de 64 milhões, quase 65, do Fundo Estadual. O Fundo Municipal está orçado em 1,25 bilhão e o recurso da SMADS em 122 milhões. Esse recurso da SMADS é recurso de despesas administrativas.

A proposta orçamentária foi enviada em 3 de setembro, em 17 de setembro ela foi enviada para apreciação do Comas, que deliberou por rejeitar a proposta e acrescentar um outro valor. Como está dividida a proposta? Em relação à rede parceira atual, temos 810 milhões; dentro do Programa de Metas são 103 milhões de manutenção dos programas atuais e mais 92 de expansão; 183 milhões de contratos, locação, IPTU e outros; 84 milhões de pessoal e 16 milhões de programa de garantia de renda familiar mínima.

Dentro da Secretaria os valores estão divididos: 639 milhões para proteção especial; 515 para básica; suporte administrativo, 106 milhões; manutenção da SAS, controle social, e Educação Permanente, 94; gestão de benefícios, 31; totalizando 1,387 bilhão.

Com relação ao Programa de Metas, a gente tem alguns itens que estão inseridos nesse programa, dentre eles o atendimento para PopRua, onde temos 13 milhões; programa da primeira infância com 117 milhões; usuários de álcool e outras drogas, 19 e população idosa 46 milhões.

Dentro do programa de metas, o objetivo estratégico 13 é reduzir a população em situação de rua e o objetivo é converter duas mil vagas de acolhimento em centros de acolhida para repúblicas e aumentar 40% o número de pessoas que estavam acolhidas e que saíram com autonomia da rede socioassistencial.

Objetivo estratégico 14 é reduzir a vulnerabilidade na primeira infância, atacando os dez distritos mais vulneráveis para a primeira infância, que foram definidos no Plano Municipal e no Plano de Ação 2019/2020.

Depois nós temos o objetivo estratégico 15, que é reduzir o número de usuários de drogas em logradouros públicos, que é o Projeto Redenção, onde estamos trabalhando junto com a Secretaria da Saúde.

Objetivo Estratégico 16 é transformar São Paulo em cidade amiga do idoso. Esse objetivo pertence à Secretaria de Direitos Humanos, mas há uma ação que é da SMADS, que é a questão de vagas para pessoas idosas nos equipamentos da secretaria. Em linhas gerais, era isso sobre a SMADS.

Não sei se apresento Direitos Humanos agora. Pode ser? Então vamos lá.

Na Secretaria de Direitos Humanos a gente tinha feito uma apresentação um pouco mais longa, eu vou avançar um pouco mais por causa do tempo.

Esse é o valor da série histórica de 2015 a 2020; de 2019 para 2020 está tendo um acréscimo de 20% no recurso da secretaria; de 20% no recurso do Fundo Municipal do Idoso e uma diminuição de 48% no Fumcad, a depender da utilização dos recursos que já estão disponíveis. A gente tem mais do que esses 68 milhões que estão alocados, e na medida em que for sendo executado a gente vai pedir a suplementação.

Na série comparativa 2019/2020, o que chama mais atenção – que vai ter uma mudança grande - é na área de criança e adolescente que está passando de 881 mil para 38 milhões, porque a partir de janeiro a administração dos conselhos tutelares passará para a Secretaria de Direitos Humanos. Então teve todo o acréscimo dos gastos com salários e administração dos centros.

Com relação à execução orçamentária de 2019, nós já executamos 74%. Dentro do Programa de Metas, nós temos a meta 16. As metas estão postas e agora eu vou falar um pouco sobre cada política.

Em relação à população em situação de rua, em 2019, o que a gente pode destacar de tudo que foi feito é o programa de Locação Social para o PopRua, que foi uma grande novidade, que foi uma parceria com a Sehab e com a SMADS também.

Esse é o Edifício Asdrúbal, que foi o primeiro prédio de locação social para a população em situação de rua. Para 2020, além da programação normal que a gente tem, a gente espera, se não conseguirmos fazer isso esse ano, aprovar o PL que trata do Plano Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua. O Vereador Suplicy está sempre

aqui me cobrando. Vamos ver se a gente ainda consegue aprovar esse ano; se não, fica como intenção para o ano que vem.

Em relação à juventude, às realizações de 2019: tivemos o Bolsa Trabalho, que foi uma parceria entre várias secretarias – a nossa, a de Desenvolvimento Econômico e Trabalho e a SMIT. Tivemos a Semana da Juventude, a 4ª Conferência Municipal da Juventude. Esses outros projetos que estão aí também. Em 2020, a ideia é continuar com o programa Bolsa Trabalho ainda intersecretarial e trabalhar numa campanha publicitária e ações para prevenção a infecções sexualmente transmissíveis voltadas para o público jovem.

Em relação à criança e ao adolescente, foi implementada em 2019 o Plano Municipal da Primeira Infância. Elaboramos o primeiro OCA – Orçamento da Criança e do Adolescente –, houve uma capacitação dos conselheiros tutelares para o uso da ferramenta do SIPIA, de informação, e vamos realizar a formação inicial dos conselheiros tutelares que foram eleitos agora em outubro. Também como uma grande realização de 2019, a entrega da carta de adesão do Município de São Paulo à Parceria Global pelo Fim da Violência Contra Crianças e Adolescentes. Para 2020, nós vamos continuar a implementação do Plano Municipal, a implementação das ações dessa Parceria Global pelo Fim da Violência, o OCA. O que nós vamos ter de novidade é a formação continuada dos conselhos tutelares, prevista no orçamento; e, como eu já falei, a administração dos próprios conselhos, que passam a ser da Secretaria de Direitos Humanos.

Na igualdade racial, em 2019, nós trabalhamos na manutenção dos centros existentes na zona Leste e na zona Norte, formação de agentes públicos para a heteroidentificação. Já capacitamos, e vamos continuar capacitando, as pessoas de RH das secretarias que fazem concurso para que elas façam a heteroidentificação necessária para a questão das cotas no concurso. Implementamos o Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial; fizemos um diagnóstico por ocupação por pessoas negras de cargos na Administração Municipal; e o apoio à Marcha das Mulheres Negras. Para 2020, de novidade, temos a reabertura do Centro na zona Sul, o Programa Afroempreendedor; a eleição dos conselhos

municipais; e a igualdade racial dos povos indígenas e da comunidade nordestina.

Em relação às drogas, acho que a grande novidade do ano foi a posse dos novos conselheiros no Comuda. Realizamos a 7ª Conferência Municipal também. E houve a edição da lei da Política Municipal sobre Álcool e Drogas que, inclusive, concedeu à Secretaria de Direitos Humanos um assento no Comuda – porque o Comuda era vinculado à Secretaria de Direitos Humanos; mas a Secretaria de Direitos Humanos não tinha assento no conselho, e isso foi acertado com a nossa lei. E a nossa participação também no Programa Redenção. Para 2020, a ideia é o II Seminário Internacional; e continuar o nosso trabalho no Programa Redenção; e apoiando o Comuda.

Em relação à educação em direitos humanos, houve um apoio bastante grande ao grupo de trabalho da identificação das ossadas de Perus, que é uma parceria com o antigo Ministério de Direitos Humanos, agora o Ministério da Família. O Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos, uma parceria com a Secretaria de Educação. Alguns outros prêmios. O Festival Entre Todos. Um programa de formação em direitos humanos, em parceria com a escola municipal. E a implementação do Plano Municipal de Educação em Direitos Humanos. Para 2002, a gente não tem grandes novidades, é a continuidade desses projetos que aí estão. Sobre o LGBTI, tivemos o Programa Transcidadania, com 200 bolsas concedidas.

Abrimos, hoje, uma república LGBTI em parceria com SMADS. Vamos realizar, ainda neste ano, o Censo das Pessoas Trans, por meio de uma emenda do Vereador Eduardo Suplicy; e realizamos o Seminário da Rede Latino-Americana de Cidades Arco Íris. Para 2020, a ideia, como novidade, é implantar um centro na zona Oeste, que hoje não tem, e os outros projetos continuidade de 2019.

Em relação ao trabalho de migrantes, novidade em 2019, nós tivemos a implantação de uma unidade móvel para atendimento da população imigrante por meio de uma emenda do Vereador Eduardo Suplicy; ampliação do programa Portas Abertas, que passou de 9 para 15 escolas; fizemos um estudo em parceria com o CEPAL sobre políticas migratórias

em nível local, inclusive, a cidade de São Paulo foi bastante elogiada pela política de atendimento aos imigrantes; vamos realizar nesta semana a segunda Conferência Municipal para imigrantes; para 2020, ampliação do programa Portas Abertas; pretendemos realizar um programa Operação Trabalho de Mediador Cultural, Educador Social Imigrante; vamos atualizar o Guia Somos todos Migrantes e, também, pretendemos fazer um plano municipal de políticas para imigrantes.

Em relação aos idosos, neste ano, tivemos várias novidades, realizamos a Conferência da Pessoa Idosa em maio; vamos implantar em dezembro o Espaço Longevidade, de capacitação e qualificação da população idosa; estamos finalizando os trabalhos para recebermos o selo intermediário do programa Cidade Amiga do Idoso; vamos realizar em dezembro a reforma do polo cultural da terceira idade, por meio de emendas dos Vereadores Mario Covas Neto e Daniel Annenberg; realizamos o Terceiro Seminário Velhices LGBT; fizemos atividades na Escola de Conselho; também publicamos o primeiro edital do Fundo, pela primeira vez, tivemos um edital publicado para que as entidades possam apresentar projetos para captar recursos com as empresas ou recursos que já existem no Fundo; para 2020, pretendemos obter o selo pleno do programa Cidade Amiga do Idoso; lançar e implementar o plano municipal de políticas para a pessoa idosa são as novidades para o ano que vem.

Em relação às mulheres, nós mantivemos os centros existentes, o ônibus lilás. Trabalhamos junto com a Guarda Civil Metropolitana para capacitação das mulheres do projeto Guardiã Maria da Penha; lançamos o Observatório de Violência contra a Mulher e realizamos, semana passada, a eleição do Conselho Municipal de Políticas para Mulheres; agora, dia 11 de novembro, às 11h, estão todos convidados, nós vamos inaugurar a Casa da Mulher Brasileira, uma parceria dos governos federal, estadual e municipal; para 2020, nós teremos a inauguração da Casa de Acolhimento Provisório, na Vila Mariana, os Fóruns Regionais de Mulheres; em relação ao Centro Público de Economia Solidária, o que a gente fez em 2019, vamos continuar com os cursos que existem e com a cessão de espaço para que a Conare

realize suas atividades em relação aos refugiados; ouvidoria: nós inauguramos um novo posto de atendimento, em parceria com a ouvidoria municipal; implantamos seis novos núcleos de direitos humanos junto com SMIT e os Descomplicas que estão sendo abertos; a ideia para 2020 é continuar a ação dos Descomplica.

(Imagem) Em relação ao apoio aos familiares das pessoas desaparecidas, nós fizemos ações de fortalecimento e institucionalização da Política Municipal de Apoio a Familiares de Pessoas Desaparecidas com a Cruz Vermelha, um termo de cooperação com a Secretaria de Segurança Pública e, por meio de uma emenda da Vereadora Soninha Francine, a revisão e impressão do Guia de Orientações de Busca e Identificação de Pessoas Desaparecidas, que está quase pronto.

Para 2020, a maior novidade é trabalharmos na capacitação da rede municipal para apoio às pessoas desaparecidas.

(Imagem) Em relação aos Direitos Humanos, foi publicado, na sexta-feira, o resultado da segunda edição. Fizemos encontros com os ganhadores do ano passado. Para 2020, teremos a terceira edição do Selo Municipal e também faremos uma pesquisa sobre potencial de compras e contratações públicas e adversidades do terceiro setor.

(Imagem) Em relação à Administração, esses são os contratos que a Secretaria tem e o que pretende gastar. As ações previstas para 2020 já foram feitas este ano e haverá outras edições.

(Imagem) Esta é a série comparativa em relação às fontes; notamos que maior é realmente o recurso municipal.

(Imagem) Em relação ao Fumcad – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em 2018, tivemos doações um pouco inferiores a 2017 e estamos aguardando ainda o resultado de 2019, porque sempre no final do ano há um incremento maior. Foram realizadas 48 novas parcerias com os recursos do Fumcad e ainda há 54 em execução, que tinham sido firmadas em 2018, com 676 crianças e adolescentes atendidos.

Lançamos um novo edital Fumcad, com algumas modificações, procurando focar

em áreas efetivamente mais vulneráveis e políticas mais necessárias na capital.

(Imagem) Fizemos a eleição do Conselho Municipal do CMDCA e também as eleições dos Conselhos Tutelares.

Para 2020, o Fumcad pretende continuar com o apoio ao Conselho Municipal. Nós vamos fazer uma celebração aos 30 anos do ECA, que será comemorado em junho do ano que vem.

Faremos capacitações e seminários regionais para o sistema de garantia de direitos, além do fomento aos projetos.

(Imagem) Sobre o Fundo Municipal do Idoso em 2019, nós elaboramos o regimento interno do COAT – Conselho de Orientação e Administração Técnica e, como eu já falei, lançamos o primeiro edital.

(Imagem) – O FMID, assim como o Fumcad, se destina ao apoio às atividades do Conselho Municipal e ao fomento de projetos de promoção dos direitos da pessoa idosa, conforme o edital recém-lançado.

Em linhas gerais, era isso.

Agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Secretária.

Anuncio a presença do Vereador Líder do Governo Fabio Riva e a do Vereador Paulo Frange.

Tem a palavra a Sra. Aline Cardoso, Secretária Municipal do Trabalho.

A SRA. ALINE CARDOSO – Boa tarde a todos e todas. Cumprimento a Mesa e todos os Colegas Vereadores, especialmente os da Comissão de Finanças. Sociedade civil, parabéns pelo engajamento e pela participação, muito importante. É um prazer estar nesta Casa.

Temos uma apresentação, mas, em linhas gerais, eu posso começar dizendo que, nos últimos dois anos, nós fizemos uma série de transformações na Secretaria, que inclusive se chamava Trabalho e Empreendedorismo e passou a se chamar Desenvolvimento

Econômico e Trabalho, o que reflete uma visão estratégica do Prefeito Bruno Covas de olhar para os temas de emprego, trabalho, geração de renda e crescimento econômico de maneira bastante estruturada e não só pontualmente, no atendimento de balcão ao trabalhador e empreendedor, que obviamente é muito importante, que se materializa especialmente nos CATs, que atendem mais de 1 milhão de pessoas por ano, mas que isso só não é o suficiente nos dias de hoje. Especialmente, porque passamos por uma grande transformação econômica, todos sabem, transformação no mercado de trabalho, que faz com que as profissões, a empregabilidade, a capacidade de geração de renda das pessoas também vem sendo muito significativamente transformada. Inclusive, nos temas que chamamos de futuro do trabalho. Por que é importante a gente falar sobre isso? Porque todos os estudos nacionais e internacionais apontam que, se nós não tomarmos providências, se não agirmos, se não tivermos políticas públicas sólidas, esse futuro do trabalho, pode acabar gerando mais desigualdade, mais exclusão.

Portanto, é importante que uma cidade como São Paulo tenha um olhar estratégico de trabalhar no sentido de proteger o trabalho, proteger o trabalhador, e prepara-lo para ter acesso ao mercado de trabalho, mesmo com as transformações que estão acontecendo. Essa transformação da Secretaria teve como norte essa premissa de que a gente deve zelar pela igualdade, pela geração de oportunidades, já no cenário de hoje, que é um cenário com muitas desigualdades, mas também pensar os próximos 10 anos da cidade para que a gente possa manter os empregos que existem, ampliar a quantidade de empregos e oportunidades para que a gente possa ter então mais inclusão, mais geração de emprego.

Isso tudo se reflete numa série de políticas que os senhores vão ver. Aqui só entendendo que o nosso orçamento que vai ser apresentado hoje reflete tanto a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e do Trabalho, quanto as duas organizações indiretas que nós gerimos: a Adesampa, agência de desenvolvimento, que cuida especialmente dos empreendedores e a Fundação Paulistana, que tem os programas de capacitação profissional.

Dentro da Secretaria, por sua vez, três coordenadorias: Coordenadoria do

Trabalho, Coordenadoria do Desenvolvimento Econômico e Coordenadoria de Segurança Alimentar. Aqui vemos um reflexo disso que eu expliquei no início.

Por esse reposicionamento estratégico que o Prefeito Bruno Covas fez, trouxemos novos programas e novas visões estratégicas como a política municipal de qualificação profissional, que foi publicada esse ano por ocasião do Dia do Trabalho, em primeiro de maio, fazendo com que a qualificação profissional passasse a ser uma política estratégica do município, inclusive uma política horizontal, dialogando com várias Secretarias para que todos se esforcem para justamente preparar o cidadão, o trabalhador, para as oportunidades que já existem porque hoje sobram vagas no mercado de trabalho, embora haja um contingente enorme de desempregados, mas também para as possibilidades e oportunidades que vão surgir nos próximos anos.

No mesmo sentido um Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico, olhando para os próximos 10 anos, fomentando as atividades econômicas que oferecem mais oportunidade e que são vocações da cidade, entendendo quais os caminhos que a política pública pode tomar para estimular essa atividade econômica e conseqüentemente a inclusão social que dela pode decorrer. Esse olhar para as vocações da cidade do futuro e outra questão interessante: a Secretaria tem uma característica de meio e de fim, em algumas ações nos damos suporte a outras Secretarias, a outras políticas públicas; e em algumas ações nos fazemos a política pública final.

Só a título de exemplo eu coloquei aqui alguns temas de interação entre as Secretarias para os senhores e senhoras entenderem. Por exemplo, na qualificação profissional fortes interfaces com a Secretaria de Assistência, Secretaria de Educação, Secretaria de Direitos Humanos, visto que o público que a gente atende muitas vezes é o público da SMADS. Nos POTs, interação com Subprefeitura, Secretaria do Verde, Secretaria dos Esportes, SMDS, SMADS, Redenção, como já foi falado, com a bolsa do Programa Redenção, que foi totalmente renovada e tem trazido bastante resultado impactante.

Nas políticas de empreendedorismo, apoio a empreendedorismo por imigrantes,

mulheres e negros, por exemplo, destaques para alguns programas que ou cresceram ou se fortaleceram ao longo deste ano como POT – Programa Operação Trabalho, são as frentes de trabalho sendo triplicado esse ano. O Elabora, que é uma política de preparo para currículo, oficina de emprego, etc. porque muita gente especialmente as pessoas menos qualificadas de maneira acadêmica não conseguem se preparar para uma entrevista. O CAT teve um aumento 70% nas vagas oferecidas, só esse ano, e dois programas bastante premiados, inclusive internacionalmente: o Programa Tem Saída, de combate à violência contra mulher, através da geração de empregos e autonomia financeira para as mulheres vítimas de violência e o Programa de Combate ao Desperdício, que também já tirou 250 toneladas de alimentos frescos e saudáveis que iriam para o lixo e trouxe para o banco de alimentos.

Além disso, um dos destaques também hoje para quem assistiu o jornal, é o Teia, são os *coworkings* públicos em regiões vulneráveis. Então, essa integração já está refletida aqui. Nosso orçamento visa a atender, tanto de maneira complementar os objetivos da política de primeira infância, onde nós cuidamos do eixo de segurança alimentar na política da primeira infância, quanto também empregabilidade de pessoas com deficiência. Temos o mutirão ContrataSP com nove edições e mais de 18 mil pessoas com deficiência atendidas para encaminhamento para o mercado de trabalho, mas os nossos objetivos são aqueles contidos no objetivo 29: que é atendimento a 216 mil empreendedores no biênio e 100 mil trabalhadores no biênio e aqui temos todas as ações contempladas nesses dois objetivos.

Acho que não é segredo para ninguém que a gente vive um momento da crise mais longa e mais profunda com uma população desocupada atingindo níveis gigantescos especialmente as populações de mulheres, de negros e pardos e jovens que são as populações mais afetadas por essa crise. E é por isso que essas são as populações mais privilegiadas nos nossos programas. A título de informação, resumindo um pouco tudo que eu falei, alguns programas novos que foram implementados nesse biênio e a importante falar sobre isso porque a situação orçamentária tem a ver com esses programas. A política de qualificação profissional também e ainda entre o final desse ano e o começo do ano que vem

algumas políticas novas que estão vindo, como de cooperativismo, empreendedorismo, acesso a mercado, Estufa Escola Lucy Montoro, etc.

Essa é a gama de programas com os quais nós trabalhamos hoje bastante significativa porque temos políticas muito customizadas. Então, vejam, por exemplo, o trabalhador vai ter necessidade de um apoio diferenciado de acordo com a atividade econômica na qual ele trabalha. Aqui, para vocês terem uma ideia, vamos desde uma política de catadores, como já falamos aqui, para que a gente possa qualificar esses catadores e transforma-los em cooperados efetivamente, passando por política de artesanato, geração de renda e culinária, gastronomia etc. e indo até a altíssima tecnologia falando de *startup*, de qualificação em robótica, inteligência artificial.

Essa necessidade de espalhar as políticas em vários setores é por conta dessas especificidades. Eu não posso fazer a mesma política para o catador, para o artesanato e para robótica, embora todas elas tenham um norte comum, que é qualificar e gerar renda, elas têm especificidades diferentes.

Nós hoje fazemos um milhão e meio de atendimentos por ano, incluindo CAT e as outras políticas e estamos espalhados em todo o território porque justamente e especialmente nas regiões mais periféricas é onde precisamos apoiar mais os trabalhadores para que essas regiões possam ter alavancados seus índices de empregabilidade e geração de renda.

Por fim, a título de exemplo para entender como está sendo feita quantitativamente a ampliação do ano passado para esse, lembrando que o indicador do ano passado é de 12 meses e o desse ano é de nove meses, não tinha fechado outubro ainda. No ano passado inteiro, a Fundação Paulistana qualificou duas mil pessoas e nesse ano, em nove meses, 17 mil pessoas para vocês verem a ampliação e a melhoria no uso do recurso público que a gente teve.

Na Desampa: qualificação de empreendedores, incluindo esses públicos vulneráveis que eu falei. Passamos de duas mil qualificações do ano passado inteiro, para 22 mil qualificações nesses nove, dez meses. E e o atendimento em balcão, que são os

atendimentos da Desampa, embora tenha aumentado só em 11% até outubro, a partir de agora – novembro e dezembro -, ampliamos em 50 atendentes. Então, devemos terminar o ano com 20 a 25 mil atendimentos em comparação com os dez mil do ano passado. Então, vocês veem que estamos conseguindo ter um ganho de produtividade, neste ano, muito significativo, não só quantitativo, mas qualitativo.

A proposta orçamentária que nós temos está na Secretaria em 96 milhões de reais, divididos assim: administrativo: 24 milhões; coordenadoria de segurança alimentar: 6,5 milhões; coordenadoria de desenvolvimento: 9,5 milhões; coordenadoria do trabalho: 55,5 milhões, finalizando, então, em cerca de 96 milhões de reais, um orçamento até relativamente modesto para todas as políticas que estamos fazendo, porque estamos conseguindo otimizar bastante esse uso.

Na Fundação Paulistana, um orçamento de 30 milhões de reais. Saímos de 2 mil atendimentos para 17 mil e, no ano que vem, poderemos chegar até 50 mil atendimentos com esses 30 milhões. Ou seja, sem aumentar o orçamento, mais que dobrar a quantidade de atendimentos, especialmente porque nós agora, no mês de novembro, coloca na rua o Portal CAT, que não existia, que além de fazer todos os atendimentos do CAT, que está em 24 territórios, *on-line*, o portal do CAT também é uma ferramenta de EAD, de ensino à distância. Portanto, mesmo as populações que estão mais afastadas, poderão ter atendimento e acesso às formações, inclusive até em temas bastante complexos e sofisticados, para que possa aumentar o acesso, a oportunidade do mercado de trabalho.

Atitude e informação. O nosso orçamento, neste ano, foi de 96 milhões na Secretaria e de 30 milhões na Fundação. Embora pareça que haja uma queda, houve um congelamento no valor de 2019, então, os padrões de 2020 estão bastante equivalentes aos padrões de 2019.

Então, repetindo: ficaremos, mais ou menos, com o mesmo orçamento, porém com uma quantidade de atendimentos muito maior e mais efetiva, até porque hoje também fazemos política pública juntando as demandas do mercado de trabalho e oferecendo soluções mais

customizadas, coisa que não era feita antes.

Acho que era só isso. Fico à disposição para mais questionamentos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Secretária Aline Cardoso.

Anuncio as presenças dos Srs.: Vicente Afonso de Oliveira, coordenador do orçamento, da Secretaria da Fazenda; Marisa Fortunato, Secretária Adjunta da Secretaria Municipal de Direitos Humanos.

Passemos aos inscritos. O primeiro é o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Boa tarde a todos.

Vou tentar ser muito objetivo, visto que o tempo é curto, mas, na hipótese de não falar, já peço, desde já, a minha reinscrição, pois são três secretarias bastante importantes.

A questão do Fundo do Idoso é bem curiosa, pois a dotação 2813 - ações permanentes de promoção de direitos da população idosa, vinculada ao Fundo -, até o momento não foi nada empenhado. Então, mais um ano que essa verba do Fundo do Idoso é desperdiçada. É lamentável, é muito ruim que a Secretaria nada faça em relação à execução orçamentária, especialmente do Fundo; não fomenta a questão do Fundo do Idoso. E isso também está acontecendo com o Funcad. A execução do Funcad é vergonhosa! Executar 38 milhões em nove meses do Funcad, é uma das menores de todos os tempos. E ainda com um redução de 128 milhões para 65 milhões para 2020.

Então, não adianta suplementar. Adianta priorizar a criança e o adolescente. Acabamos de ter a eleição do conselho tutelar e parece que a gestão Bruno Covas faz exatamente o contrário: retira o dinheiro realmente da questão da criança e do adolescente.

Aliás, é assustador também ler que, na dotação, ações permanentes de promoção à criança e ao adolescente, não se executou nem metade. De 126 milhões até setembro, a execução ficou em 38 milhões de reais.

Também na questão social, nós observamos que nas políticas públicas contra álcool e drogas não se executou nada neste ano. Isso é lamentável, porque temos tanta gente

com vício em cigarro, bebida alcoólica, entorpecentes e os míseros 100 mil reais previstos não foram nem empenhados. É a dotação 8414.

Também na questão da igualdade racial, que são as políticas públicas, isso também inclui os indígenas, que são sempre excluídos, foram gastos nem mesmo 2 mil reais em apenas nove meses. Isso daí parece uma piada de mau gosto da gestão Bruno Covas.

Também quanto à população idosa. Ampliação e manutenção do Programa Universidade Aberta para a Pessoa Idosa: nada executado. Quatrocentos e setenta mil reais infelizmente sumiram do mapa.

Como também políticas e ações para a pessoa idosa só se executou 53 mil, de um total de quase 200 mil. Ou seja, a pessoa idosa não está sendo valorizada nesta gestão. Isso está claro, porque quando se quer se executa mais de 100%. Até quanto às mulheres: de um milhão de reais, só executou 1.300 reais. Parece piada, mas é a dotação 4329.

A Casa da Mulher Brasileira, infelizmente, também não foi inaugurada ainda. Renda Mínima, a execução está baixa. Combate ao trabalho infantil: apenas 54 mil reais e conferências temáticas, zero real.

Eu também vou falar sobre o SUAS: apenas foram executados 480 mil reais de um total de 3,5 milhões. Assim como na vigilância socioambiental, não se chegou nem a 200 mil reais.

Também queria explicação a respeito dos CRAS e CREAS. Simplesmente a Secretária nada disse sobre esses dois equipamentos fundamentais para a rede de assistência social em São Paulo.

E, por fim, Família Acolhedora: zero real. Não existiu Família Acolhedora para o orçamento deste 2019.

Queria pedir depois ou a minha reinscrição para a Secretaria do Trabalho ou que eu fale agora.

Então, me reinscrevo para a Secretaria do Trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. Rapper Pirata.

O SR. RAPPER PIRATA – Boa tarde.

As mulheres da cidade de São Paulo, pela política defendida aqui pela SMADS e pela Direitos Humanos, são esquecidas.

O orçamento da GCM aumenta para 600 milhões de reais, mas o orçamento para questões raciais não vi como política pública.

Direitos humanos não são eventos, são seres humanos. A política de juventude, a cidade de São Paulo, é inexistente. São 260 leis. Mano, é o maior trampo essas leis e são abandonadas. Eu tenho uma dúvida: eu acho que políticas de direitos humanos e de assistência social são complexas e uma pessoa só não dá conta. Ainda mais uma política que sabemos que o secretário mudou e mudou e, aí, situação de rua: aumentou a população em situação de rua.

Questão racial, para eu não ficar viajando. A instituição de segurança pública do Estado, do ex-prefeito, neste ano aumentou para 490 mortes sem ter o conflito com o inimigo, que eles falavam. E, aí, cadê a política de direitos humanos para criança e adolescente que estão em conflito com a lei? Cadê a política de direitos humanos para criança e adolescente para as questões do CCA?

E outra: CCAs são políticas voltadas para crianças vulneráveis de várias séries. Não têm nada a ver com a educação. Infelizmente, nós temos seis meses só de política no ano que vem. O orçamento cresceu 13% e as secretárias defenderam a diminuição dos orçamentos.

Quanto à Secretaria do Trabalho, eu tenho bastantes dúvidas, mas estamos aqui para dialogar. E sabe qual é o problema deste governo? Passou quatro anos sem dialogar com a sociedade civil e vem nos apresentar o Plano Plurianual do Doria, que foi esquecido. O Bruno Covas se esqueceu. Sabemos do que estamos falando. Somos parceiros, secretárias. Não somos inimigos, mas vocês precisam falar com a sociedade civil, porque esses planos não estão discutindo direitos humanos, não estão discutindo assistência social. As políticas não são

efetivadas e vai ser difícil fazer um debate orçamentário aqui com políticas que não existem.

E, aí, para finalizar, cadê o Juventude Viva? Morreu. Estão executando de verdade.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Rapper Pirata.

Tem a palavra o Sr. Artur Amato Neto.

O SR. ARTUR AMATO NETO – Engraçado que falaram que têm 38 bilhões para a juventude, para o pessoal da criança e da juventude... Que virão 38 bilhões, que tem tudo isso! engraçado, eu faço parte do CMDCA e, pelo que eu saiba, nessas últimas reuniões a maioria dos conselheiros foi cancelada. Então, se todos esses conselheiros foram cancelados, eu acho que vão ficar sobrando 38 bilhões aí. Porque, se todo esse dinheiro era para os conselhos tutelares, então, vai ficar sobrando dinheiro, porque, pelo que eu saiba, as próximas eleições só acontecerão, agora, no meio do mês. Então, vai ser todo mundo reeleito de novo e, mesmo assim, o próprio CMDCA passou para mim que vamos ter de rever todas as pessoas e reavaliar todas as pessoas que fazem parte de todos os conselhos. Então, eu acho meio estranho, porque 38 bilhões sobrando e 38 bilhões cadê aplicados na juventude e utilizados na juventude? Cadê esse dinheiro da Prefeitura de São Paulo? Eu não vi esse dinheiro até hoje. Vão dar o quê? Altos salários? Vão criar altos salários para os novos conselheiros?

Eu já estou há quatro anos como conselheiro e até agora não recebi nada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado, Sr. Artur Amato.

Tem a palavra o Sr. Robson Mendonça, do Movimento Estadual da População em Situação de Rua.

O SR. ROBSON MENDONÇA – Boa tarde, Srs. e Sras., boa tarde, galera.

Vamos acordar, gente. Estamos falando do orçamento da Cidade. Estamos falando em grana, que o poder público está deixando ir para o ralo. Vamos acordar. Porque a Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social, que é a mesma Secretária de Direitos Humanos, deve receber dois salários, muito cargo, muita coisa, mas é competente. Festas e festas em Direitos Humanos, enquanto o PopRua morre na calçada.

Lamentável, um orçamento para a PopRua que não tem uma rubrica específica para isso. Fica uma rubrica genérica onde quem se lasca é o morador de rua. Secretária, vamos fazer menos festa na Secretaria de Direitos Humanos e vamos trabalhar mais com o PopRua, porque vi aqui festas e festas e não vi atividade para o PopRua. E lá tem o Comitê PopRua, que exige respeito e pelo menos uma linha quando morre morador de rua, que nem uma linha para dizer que morreu de frio na rua isso é feito.

Então não estou aqui para puxar o saco de ninguém. Estou aqui para a realidade, o orçamento que vale milhões e milhões e não é executado. Não é executado na sua realidade, na sua integridade. Ah, morador de rua não quer ir para o albergue porque prefere estar na calçada. Não vai para o albergue porque o albergue é um lixo. É muquirana, é sarna, pessoas despreparadas para lidar com morador de rua, é passar fome, passar frio, passar vexame, é ser humilhado na frente de um albergue. Por isso que não vai. Vamos mostrar a realidade.

Ai criam CTA. Os albergues de passagem (Ininteligível), mas é mais fácil gastar dinheiro com Segurança Pública. Dinheiro para a Polícia, para a GCM que hoje em dia é imitação da PM. Só fica imitando a PM, qualquer dia vai ter a mesma viatura da PM e a farda, porque o resto já está tudo igual.

Aumentar por que, serviço social não se trata com dignidade, se trata com policiamento. É combater usuário de crack dizendo que está combatendo traficante. É gastar milhões em festa e deixar o miserável na calçada, dizer que abriu vaga e quando faz a contagem, como agora o senso PopRua, que é uma palhaçada, que não vai trazer a realidade da população que está na rua, da população carente. Sei que não vai trazer.

E para concluir quero dizer o seguinte: vamos tomar vergonha na cara, executar política e pedir verba para a execução de política pública e não cortar o orçamento da Assistência Social e qualificar Assistência Social com lixo e Saúde com lixo, como fez o Covas pareando tudo naquele decreto miserável e porco que ele fez.

Era só isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Robson.

Pela ordem, Vereador João Jorge.

O SR. JOÃO JORGE – Presidente, rapidamente, até porque temos compromisso daqui a pouco na Prefeitura e vou precisar sair com o Vereador Paulo Frange, mas uma observação, a Dra. Berenice não vai gastar tempo aqui defendendo a si própria, mas é bem desrespeitoso o comentário desse senhor aqui em relação a Dra. Berenice. Primeiro, pelo trabalho excelente que fez lá na Febem, mudando a cara da Fundação Casa, consertou um problema de anos.

Segundo, a Dra. Berenice tem feito um trabalho maravilhoso à frente da Secretaria de Direitos Humanos e da SMADS. Terceiro, faz tudo isso defendendo e recebendo apenas um salário.

- Manifestação do público.

O SR. JOÃO JORGE – O senhor já falou aqui. Não fica gritando não. Vai gritar lá na rua. Com a Dra. Berenice não. Respeito, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Nós estamos aqui numa audiência pública onde as pessoas se manifestam livremente e o Vereador fez uso da palavra porque tem outro compromisso.

Próximo inscrito, Sra. Sônia Coelho, da Marcha Mundial das Mulheres.

A SRA. SÔNIA COELHO – Boa tarde a todas e a todos. A primeira preocupação nossa como movimento feminista é sempre a diminuição das verbas de políticas para as mulheres.

Vimos que no computo geral vai diminuir de 2019 para 2020. Este ano, por exemplo, os CDCMs que estão na SMADS e atendem mulheres em situação de violência, viveram a ameaça de saírem de uma Secretaria para outra e o que é o orçamento de uma Secretaria, de outra Secretaria.

Então isso prejudica demais o atendimento às mulheres. Nós queremos que se mantenham e se ampliem os orçamentos de política para as mulheres. Estamos vendo a situação de maior pobreza das mulheres, maior vulnerabilidade, mais violência, que nesse

orçamento de 2020, a SMADS possa especificar serviço por serviço de atendimento, os CDCMs ou os abrigos, etc., quanto cada um tem, porque vimos serviços este ano que atenderam parcialmente.

Isso é inadmissível numa Cidade como São Paulo, esse desmonte das políticas para as mulheres que estamos vivendo. Temos a Casa da Mulher Brasileira que depois de tanto tempo nós, da Marcha Mundial das Mulheres, acompanhamos, lutamos e até ocupamos um tempo esta Casa chamando a atenção, que tínhamos uma casa pronta já há três anos. Agora será inaugurada e queremos também que se garanta o atendimento nessa Casa tal como está previsto.

A Casa de Passagem já faz um tempo que está pronta. Vai ser inaugurada, já deveria ter sido inaugurada, então vamos acabar com essa política, no último ano de Governo começam a inaugurar as coisas para dizer que estão fazendo. E deixou de fazer no resto dos anos. Espero que quando inaugurarem essa Casa de Passagem não feche a da zona Norte, porque também tem essa coisa de vestir um santo e desvestir outro. Que se mantenha a Casa Rosângela Rigo.

E mais uma coisa, está aqui a nossa companheira Celina, da zona Sul, do CDCM Casa Viva, e lá tem o Programa Guardiã Maria da Penha, um bom programa, agora tem seus limites, a viatura lá da zona Sul é uma viatura do Centro. Então se é para existir esse programa tem de ter os seus equipamentos ali na região. Inclusive, precisa ampliar não só na zona Sul, mas em toda a Cidade de São Paulo o Programa Guardiã Maria da Penha.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Dona Sônia. Próximo inscrito, Sr. Anderson Miranda, do Movimento Nacional da População de Rua. Em seguida, o Sr. Anderson Pusset, do Movimento Estadual do PopRua.

O SR. ANDERSON MIRANDA – Boa tarde a todos e a todas, primeiro, Presidente da Comissão, quero pedir uma salva de palmas da sociedade civil ao Comas. Vamos aplaudir o Comas, que não aprovou o orçamento da Secretaria. Isso é importante porque não queremos

esmola. Queremos coisa de verdade. Queremos para a Assistência uns 300 milhões de reais que foram tirados. Acho que aí, como disse a Secretária, o Comas não aprovou. Se o Comas não aprovou, Vereador, a Câmara Municipal não tem de aprovar o orçamento da Assistência Social enquanto não voltar para o Comas, porque é o órgão fiscalizador da Assistência Social. É o Conselho que delibera e que aprova. Se o Conselho não aprovou, tem alguma coisa errada; se o Conselho não aprovou o orçamento, ele tem que voltar para Conselho para ser aprovado antes de vir para a Casa.

Quero falar outra coisa, pela representação e representatividade, que para nós é preocupante o valor de R\$ 13 milhões de reais para a população em situação de rua, no montante; e R\$ 19 milhões de reais, tratando usuário. É criminalizante essa separação. Semana passada, quem trabalhou no Censo, nós estávamos na Luz, e quero parabenizar a Vereadora Soninha Francine que foi lá acompanhar o Censo e ver a gente trabalhando de verdade, ver as pessoas que foram pedir socorro para fazer tratamento, pedir ajuda, porque as pessoas só falam “Parabéns, parabéns”, mas não veem a realidade de quem está na ponta sofrendo. E a Vereadora, junto com o Vereador Suplicy, vem acompanhando o Comitê, vem deliberando e tratando coisas aqui, mas muita gente só vem falar, fazer palanque.

Agora falar de usuário é o mesmo que está muitas vezes usando, mas que desce para dormir e são tratados diferentes. Tem que tratar da realidade. Esse orçamento de 2019 tem que jogar nos R\$ 13 milhões da população em situação de rua, porque eles estão em situação de rua, estão na vulnerabilidade e precisam ter um atendimento digno. Redução de danos, trabalho com dignidade, é isso que nós estamos esperando aqui; não R\$ 13 milhões e separar.

Segunda questão, R\$ 500.000,00 para Direitos Humanos, para tratar a população em situação de rua? Enquanto precisa de formação para um guarda que bate no morador de rua, polícia que bate, gente que maltrata; habilitação. É o recurso do Comitê PopRua, e não pode ser desmembrado em outra Secretaria, tem que trazer tudo para Direitos Humanos, porque quem cuida da política da população de rua é Direitos Humanos.

Cadê a saúde que não está em Direitos Humanos? Comitê PopRua é toda política, é intersetorial; não podemos tratar como caixinha. Cadê o orçamento total da população de rua em Direitos Humanos. Isso é uma vergonha. Para nós, é tratar a população de rua como debaixo do tapete, e não trazendo a intersetorialidade.

Tem que fazer um trabalho, como a Secretária trouxe aqui: os POTs, as zeladorias, as ações juntas; é nesse sentido que nós queremos, e não tratar a população de rua com caixinhas.

A população de rua hoje é de responsabilidade de Direitos Humanos, e todo o orçamento tem que estar em Direitos Humanos para a população de rua. Está parecendo brincadeira: só R\$ 500.000,00 para PopRua, Direitos Humanos. Isso é uma palhaçada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra a Sra. Maria do Socorro.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Boa tarde. Eu tenho 78 anos e estou aqui desde às 8h15, sem tomar café, sem almoçar, e eu acho que é muita falta de respeito. O que significa direitos humanos? Que direito é esse que não respeita o idoso. Se um morador de rua tem direito a toda a Secretaria, e nós? Somos o quê? Imbecis, idiotas, incompetentes? Não. Estou há 30 anos só em São Paulo e sei dos meus direitos, dos meus deveres e minha obrigação.

Quem sabe a necessidade do povo somos nós, idosos; quem sabe a necessidade de enxergar é quem perdeu a visão; quem sabe a necessidade do cadeirante é quem usa cadeira de roda. E é bom vocês prestarem atenção, gente, porque o idoso vota. E sou de uma região periférica, da Cidade A.E. Carvalho, Conjunto Habitacional Águia de Haia, e venho desde 2004 a esta Câmara Municipal e conheço muito bem os critérios: quando é do interesse de vocês, deixam as pessoas falarem primeiro.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. Anderson, do Movimento Pop-rua.

O SR. ANDERSON - Boa tarde a todas e a todos os presentes. Gostaria de parabenizar a presença do nosso eterno Senador, o Vereador Eduardo Suplicy; e Soninha Francine, que esteve no último dia do Censo, para ver a realidade, que não foi fácil, literalmente.

Gostaria também de parabenizar o Comas, que a palhaçada da Assistência Social de querer colocar o que é de interesse para ele, mas não sendo digna a parte do trabalho; e a parte que vem para o Orçamento, mínimo, é inaceitável e inadmissível.

Vim falar da população em situação de rua. É fácil para quem sai na ponta, para quem está trabalhando, deixar ao Fumcad um pouco mais de R\$ 64 milhões para o ano que vem, sendo que a criança e o adolescente que se encontram na Sé, que está na vulnerabilidade e tem o seu direito violado, sem ter o direito digno, sem ter a contabilidade, que o ECA não permite. Abrir um núcleo de convivência para criança e adolescente está sendo com muita luta pelos direitos humanos e SMADS agora será aceito? Fazer o corte de R\$ 105 milhões para R\$ 64 milhões para não executar nada é inaceitável, é palhaçada, ter valores e não ter execução. São R\$ 105 milhões para Secretaria de Direitos Humanos para o ano eu vem, sendo que menos de 1% é voltado para a Pop-rua. Que direitos humanos? Sendo que a própria Secretaria já está violando os direitos humanos da população de rua.

É fácil falar da população de rua quanto em valores, mas a execução ser mínima. Chegar lá e ter prêmios e prêmios, concordo. Mas vamos tirar os prêmios de Direitos Humanos, vamos começar a arregaçar a manga e executar o trabalho de verdade. Que falácia! Números, normativas, é fácil. Quero execução, não quero números, nem falácia.

O povo que está aqui, sociedade civil, vamos lutar pelos nossos direitos, que os deveres nós já sabemos.

que vem em seguida senhor José França eu acredito que seja é morador de rua eu aviso com dois minutos e meio boa tarde a todos estou aqui representando o sindicato Sitraemfa e a nossa preocupação é a preocupação de todos os anos porque nunca tivemos um aumento que fosse específico todos os anos para repassar para os trabalhadores que o

reajuste salarial que a gente tem anual todos os anos as organizações tem uma dificuldade muito grande nesse repasse defendendo a questão das organizações porque eu acho que tem muitas organizações que vai fazer isso por mim mas eu entendo é pelos trabalhadores porque o direito do trabalhador é teu aumento salarial e levar e a gente tem

Eu não estou aqui defendendo a questão das Organizações, porque aqui têm muitas delas que vão fazer isso por mim. Mas eu entendo a dificuldade, mas é pelos trabalhadores, porque o direito do trabalhador é ter o aumento salarial. A gente tem dúvida de como a situação está, como isso vai acontecer? A gente está com um aumento salarial judicializado de 2019, mas a gente está aguardando a sentença do Juiz, que pode sair. E a dificuldade que a gente tem de todos os anos. A gente está com um processo no Ministério Público do Trabalho de algumas Organizações que não repassaram o aumento; temos algumas que tiveram uma redução de salário – e isso é muito grave porque, quando sair esse julgamento, elas vão ter que bancar isso. O que coloca em risco até a questão da viabilidade dessa Organização continuar existindo, devido ao montante financeiro que ela vai ter que repassar a esses trabalhadores. Isso é muito preocupante.

Daí a gente pensa como ter essa garantia, minimamente, para o repasse desses trabalhadores. Como isso vai acontecer? Há uma dificuldade muito grande na questão da Secretaria. A gente está vendo a Assistência Social num momento muito difícil. Se continua assim, vamos ter que pensar o que fazer para, em 2020, não ficarmos com o chapéu na mão, como a gente sempre fica, quando se trata da questão do aumento do trabalhador.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Maria Aparecida. O próximo inscrito é o Sr. José França – acredito que é isso -, morador de rua.

O SR. JOSÉ FRANÇA – Boa tarde a todos. É isso mesmo, Presidente. Quero cumprimentar a mesa e a todos. Vou ter que ser bem rápido porque o tempo diminui neste ano.

Queria falar da Coordenação do Comitê PopRua. A gente está com uma dificuldade há muito tempo sobre essa Coordenação. Eu acho que ela teria que ter uma afinidade e uma

participação ativa no meio da rua e não ficar em uma sala com ar condicionado e computador na frente. Acho que existem muitas pessoas que fazem muito mais na rua, pela população de rua, do que pessoas que querem ter uma secretaria executiva de população de rua. A população de rua não precisa de secretaria executiva. Precisa de atitudes mais humanizadas e respeito. A gente não ouve, por parte dessa Coordenação, uma transparência do número de mortos de população de rua no período de baixa temperatura; os GTs coordenados por essa Coordenação completamente esvaziados sem participação nenhuma, isso porque não tem mobilização e equipamentos de população de rua e equipamentos. Então, eu me sinto muito insatisfeito com essa Coordenação.

Falando de SMADS, quem é de finanças aqui? Está aqui o pessoal de finanças?

Eu queria falar diretamente com o pessoal de finanças e com o pessoal da Câmara, pode ser, Presidente?

Eu queria fazer uma proposta: a Secretaria SMADS – eu entendo como uma Secretaria emergencial, eu gostaria, como morador de rua, falar em nome da população de rua, pedir um teto, não sendo da Câmara e não sendo de SMADS, de 1 bi e 500 milhões. Esse é o pedido da população de rua.

Queria falar sobre as repúblicas: sou um dos moradores de rua, dos quais o Prefeito Bruno Covas recebeu no gabinete, a gente conversou muito, eu tive a oportunidade de desabafar e falar uma realidade que é constante, que a gente vive nas ruas, nos equipamentos. Eu estou torcendo pela recuperação do Prefeito. Tenho a certeza de que, quando ele sair de lá, ele vai sair mais sensível e ver a população de rua com outros olhos e, com certeza, fazer o melhor para a população de rua. (Palmas)

Não só o orçamento, é uma parte, mas eu acho que iniciativa privada contribui muito e acredito que a gente pode ter projetos bem favoráveis à população de rua, não só a república, porque a gente não quer albergue, quer autonomia, mas, também, com emprego.

Então, finalizando, eu desejo a recuperação do Prefeito, o qual me respeitou, como morador de rua, e eu também retribuo esse mesmo respeito ao Prefeito de São Paulo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. José França.

Eu queria aproveitar e anunciar a visita monitorada que está acontecendo aqui, com 59 pais e mães de alunos que estão participando do Parlamento Jovem, na Câmara Municipal de São Paulo.

Hoje está acontecendo audiência pública na Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo para tratar do Orçamento da Cidade, para o ano que vem, da Secretaria de Assistência Social, da Secretaria de Direitos Humanos e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho. Nós recebemos a nossa Secretária, os nossos Vereadores, e a população que pode se inscrever, fazer proposição, tirar dúvidas e fazer críticas. Sejam bem-vindos.

Se quiserem participar das próximas reuniões, vocês podem ter acesso a todo calendário das reuniões internas e externas porque estão acontecendo algumas reuniões nas subprefeituras e nos CEUs da Cidade. Os senhores podem consultar no endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/orçamento2020. Muito obrigado.

A próxima inscrita é a Sra. Regina Paixão, Fórum de Assistência Social. Em seguida, o Sr. Fábio Rodrigues de Jesus, gabinete da Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. REGINA PAIXÃO – Olá, boa tarde a todos e a todas. Que bom que a gente está com a Casa com pelo menos a metade para que possamos refletir.

Quero começar a minha fala fazendo jus porque hoje faz 50 anos que Carlos Marighella faleceu ou foi morto pela ditadura militar. (Palmas) E isso está voltando fortemente na nossa sociedade, o que é muito triste.

Quero começar pensando que para trabalharmos, para ver os dados direitinho da Assistência Social, nós precisamos de uma audiência só para a Assistência Social. Do jeito que está, está muito confuso. Não deu para ver os dados, ficou atropelado. Estávamos ali tentando levantar algumas coisas para também propormos porque é na audiência que vamos propor à Mesa, para a relatoria alguns olhares.

Não podemos deixar de falar que em 2019 nós estamos respirando, sobrevivendo sob a política do corte. Nos últimos dois anos, foram 103 milhões de reais a menos na pasta da Assistência Social. Então isso é muito sério, não vai ter novos serviços, gente! Fizemos a conta, e eu acredito que o Natanael vai falar depois. Nós precisamos de mais de 383 milhões de reais para poder manter a pasta, só para manter, e não estamos falando ainda de ampliação porque tem a parte da SMADS, tem a parte do Fundo que não é recomposto. Aí fizemos um cheque para gravarmos esse índice porque é algo que nós precisamos reajustar, tirar de algum lugar e alocar em outro. Não dá, não tem crescimento, só tem corte.

Este ano nós lutamos muito e muito para que o bendito decreto não viesse à tona, não passasse. Mas a gente sofreu, estamos sofrendo ainda com alguns cortes que estão sendo analisados sim, e a gente está tendo reflexo, reflexo na periferia. Qual é o reflexo? Todo mundo está acompanhando o aumento do feminicídio, todo mundo está acompanhando a mortandade na Infância e na adolescência, a gravidez na infância e na adolescência nos nossos territórios, nas nossas periferias. Então é muito sério.

Na proposta dos 383 milhões que o COMAS, de fato, pergunto: por que o Comas não aprovou? A proposta da Fazenda era de 2017 e nem SMADS estava concordando. Aí teve um ajuste, mas a gente ainda precisa desses 383 milhões.

Só quero depois que a Secretária clareie um pouquinho a meta, a estratégia para a primeira infância que está lá colocada, que é algo que também a gente bate muito: por que essa política não está em outra pasta? Está na Assistência Social e ainda está como meta para um orçamento que a gente está vendo que não vai *rolar*.

O meu tempo já foi, deixo para os companheiros complementarem.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Regina Paixão. O próximo inscrito é Fábio Rodrigues Jesus do gabinete da Vereadora Juliana Cardoso. Em seguida, Kátia Regina dos Santos, conselheira tutelar de Cidade Tiradentes.

O SR. FÁBIO RODRIGUES JESUS – Boa tarde a todos e a todas. Primeiro,

justificar a ausência da Vereadora Juliana. Ela travou a coluna, infelizmente. Ela foi ao médico, tentou vir, mas não conseguiu.

Então, junto com a bancada, nós fizemos uma avaliação do Orçamento e temos algumas dúvidas, porque, aparentemente, quando se olha o número frio aqui do Orçamento, a impressão que há é que houve um aumento no valor apresentado. Por exemplo, o que está apresentado aqui, pelo menos, o que chegou para nós é um milhão e 612 milhões de reais na Assistência. Porém, esse valor inclui outros fundos e outras verbas que não necessariamente são da Assistência. Da Assistência, seria um milhão e 162 milhões vírgula 6 para o fundo municipal, onde há a política pública, onde se executa, e 122 milhões de reais para a própria SMADS, que é para estrutura etc.

Então, é por isso que a gente também corrobora com o Comas, no sentido de melhorar e ampliar esse valor. Para quê? Para que a política pública possa acontecer sem nenhuma ameaça de corte ou de alteração e de mudança. Esse é um momento crucial da política pública, quando se define o recurso, para que se aplicado no ano seguinte. Então, nós temos uma preocupação muito grande, principalmente com aqueles serviços, no campo da assistência, na área de proteção básica, que são os CCAs e os Cedesps. A gente não vê isso aqui. O orçamento infelizmente... A rubrica é geral. Não apresenta os números abertos aqui. A gente tem até uma proposta. A Vereadora Juliana Cardoso tem um projeto de lei que a gente apresentou até para a Vereadora Soninha Francine, da Comissão da Criança. A ideia é fazer o orçamento da criança e adolescente. Qual é o valor exato que está sendo orçado e gasto? É uma política que a gente tem como prioridade, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa é uma das preocupações.

A gente queria entender um pouco esses fundos que estão colocados aqui. Por exemplo, há o Fundo Municipal de Desenvolvimento Social, com 250 milhões. Para aonde vai esse recurso? É claro que a gente precisa desse recurso, mas a gente queria entender para aonde vai, como vai ser feito e como vai ser usado. Há outros fundos, como o da Criança e do Adolescente aqui, que tem um valor de 65 milhões de reais, entre outros fundos que estão

aqui, acoplados, mas que podem sim ser usados no campo da assistência, mas, na verdade, eles têm um rubrica própria, um investimento próprio e não é para o fundo, onde utilizam os valores para as políticas públicas.

Serviços de proteção, tipificado no campo da assistência, têm que ficar lá. Ele não pode ser transferido para a Educação, uma vez que a Educação tem o seu modelo próprio. A Assistência Social tem outro jeito, tem outro olhar de lidar com essa política. Venhamos e convenhamos: Ela emancipa, empodera e cria meninos e meninas que serão grandes cidadãos, que participam, que se envolvam e que podem estar atuando junto conosco na sociedade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra a Sra. Kátia Regina dos Santos.

A SRA. KÁTIA REGINA DOS SANTOS – Boa tarde a todos. Estou como conselheiro tutelar na Cidade Tiradentes, e fui contemplada com algumas falas, com a do Fabinho, em especial, ao trazer essa questão do orçamento específico, que nós gostaríamos de saber, que para criança e adolescente que fica no ar sempre. Em todo orçamento, é isso. Enquanto conselheiros, os dois conselhos da Cidade Tiradentes são atuantes nos orçamentos que têm regionais. Inclusive, Cidade Tiradentes terá novamente no dia 30. Nós sempre nos questionamos e colocamos sobre os orçamentos direcionados para criança e adolescente, não só o conselho tutelar, mas as políticas públicas direcionadas à criança, inclusive a Casa do Adolescente, CRAS e Creas. É um pedido que nós fazemos e a demanda que tem na região precisa disso; e não é o orçamento ou apresentado o suficiente, para que a gente entenda que vai haver essas implantações lá. Inclusive em relação ao orçamento para os conselhos tutelares, a gente está questionando sobre a construção do conselho tutelar Cidade Tiradentes 1. Acredito que esta Casa tenha conhecimento das ações e das entrevistas que tem feito, na região. Os munícipes têm feito os questionamentos da degradação que está aquele conselho tutelar, não só na Cidade Tiradentes, mas em outras regiões também.

Aí nessa questão, nós queremos saber da Sra. Secretária como vai ser

direcionada, dentro desse valor mínimo, a construção, por exemplo, do conselho tutelar da Cidade Tiradentes e a manutenção dos conselhos tutelares. Mais ainda, S.Exa. falou, antecipou a questão do SIPIA. Nós estamos nos questionando, porque, no último, a gente não acredita que aquilo foi uma formação. Há alguns conselheiros e conselheiras aqui. Nós ficamos três horas apenas para falar novamente do SIPIA. Nós sabemos que é um grande orçamento, mas não há a implantação do SIPIA, e nem tampouco uma continuação de formação sobre isso.

Então, a gente tem um entendimento do que é o SIPIA. A gente vê lá, mas não é implantado. Até sabemos como funciona. Têm que fazer tudo de novo, o orçamento foi novamente e nós não temos a implantação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra a Sra. Márcia Perroni, aposentada de SMADS.

A SRA. MÁRCIA PERRONI – Boa tarde a todos. Eu acho que é, com muita tristeza, que a gente vê esse orçamento decaindo ano a ano, e a gente chegando com o pires na mão para esta gestão, para este Governo, que a gente já sabia muito bem a que vinha, que compartilha e corrobora com todo desmonte da política de Assistência Social na cidade de São Paulo.

Eu venho acompanhando, desde o início desta gestão, e posso dizer que só da proteção básica 36 serviços foram fechados, deixando de ser atendidas mais de 80 mil pessoas. Esse é o saldo maravilhoso desta gestão, que vai ficar, na história, como a única gestão que fechou serviços na política de Assistência Social. Nem em Governos de extrema direita, como Pitta, Kassab e Maluf, isso aconteceu, mas, nesta, num governo extremamente neoliberal, alinhado com o Governo Federal, a gente vem apresentando e vem observando desmonte, e o *modus operandi* desta gestão é claro, asfixia as ONGs, deixando de pagar, em dia, não pagando ou pondo pelo no ovo, e aí se fecham os serviços, mas não se faz um serviço emergencial, porque não se podem fechar serviços. Serviços são continuados. Se a ONG não

vai bem, faz-se o serviço emergencial e o novo chamamento público, o que nós não vimos nesta gestão. Só houve, de fato, fechamentos.

Mas eu tenho algumas perguntas a fazer para a Sra. Secretária. Todas as rubricas do orçamento apontam para cortes. Eu pergunto para V.Exa.: “Nós já temos serviços continuados. Onde vão cortar? Se houver corte, isso significa que, a curto prazo, novos serviços serão fechados. Quanto a esse corte, onde serão cortados, já que houve essa diminuição de valores?”

Se hoje nós atendemos somente a 12% na proteção básica, por que o Governo fez opção de, antes de fazer o corte de vagas dos CCAs, não foi seguida a instrução normativa 3, que aponta para um plano de providências, onde a organização se compromete a reorganizar o serviço no quesito em que ela está abaixo do esperado?

Outra questão: Quanto às 800 vagas que foram cortadas, aonde foi alocado esse dinheiro? Ele deveria ter sido alocado na expansão de novos CCAs na cidade de São Paulo, já que há vulnerabilidade na Cidade toda.

Por final, o que a SMADS pretende fazer com relação aos servidores públicos? Hoje eles estão cansados, adoentados, sendo afastados do seu trabalho, e digo mesmo dos trabalhadores sociais das ONGs.

V.Exa. aponta também educação permanente. Qual é a verba que há para a educação permanente, já que houve o desmonte do espaço? Não temos mais nenhum espaço para formação permanente. Qual é a verba da formação permanente?

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. Alan Carvalho, do fórum estadual dos trabalhadores do SUAS.

O SR. ALAN CARVALHO – Muito boa tarde a todos. Quero corroborar aqui as palavras da Sra. Márcia, e fazer a defesa mais intransigente, enquanto fórum estadual dos trabalhadores dos SUAS e das terríveis condições de trabalho a que são submetidos os trabalhadores e trabalhadora da Assistência Social em nossa Cidade. Não há paralelo e não há precedente. É assédio, é perseguição política e é exílio. De tudo o que se pode imaginar para

se adoentar esse trabalhador é promovido.

Não bastasse isso, falam em generalizantes, que colocam a qualidade do trabalho desenvolvido em cheque, quando as mínimas condições de trabalho não são ofertadas. Em NOBRH, Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, nem pensar, e é lei. Então, eu queria voltar para o tema. Não estou deixando de falar dele, quando eu falo de trabalhadores, porque não existe política sem trabalhadores para executar, sem usuários e sem a organização social. Para dizer que governar de novo, eu venho com a mesma ladainha: É definir prioridades. Não adianta dizer aqui que o cobertor é curto, porque se a prioridade é fazer embelezamento na Cidade, colocando 80 milhões para começar a brincadeira, na obra do Anhanguera, isso é definir prioridade. Eu não quero a Cidade linda. Eu quero pessoas lindas, dentro de si e fora também. Por que não? Mas a gente não quer só isso. A gente quer saúde, educação, transporte e habitação. Então, a Assistência Social se solidariza com todos os pedidos de suplementação de verbas de todas as áreas sociais, porque nós não vamos aqui ficar disputando verba um para o outro, para alegria dos empreiteiros que vão fazer as obras de embelezamento da Cidade.

Nesse sentido, a gente tem o artigo 227 da Constituição Federal. Há o artigo 4º do Estatuto. Há o artigo 226, da Constituição, como também os artigos 203 e 204, que estabelecem parâmetros mínimos para a composição dos orçamentos, porque se os orçamentos não cumprirem com esses pressupostos das nossas Constituições Federais e até mesmo da nossa Lei Orgânica, eles estão dentro do princípio da legalidade? Se os espaços de controle social e a participação e o controle social é uma garantia constitucional e não é respeitada, é afrontada, olhem o modelo dessa audiência pública: Trezentas horas de perguntas, para a Sra. Secretária, no final, escolher aquilo que S.Exa. entender que deve escolher. Não estou criticando a resposta que vai vir, mas o modelo. O que vai ser aproveitado disso? O que, de fato, vai ser absolvido e aplicado no orçamento, de modo a corrigir os absurdos que nós estamos vendo aqui? Pirotecias para demonstrar aumento, quando, na verdade, há queda. E onde estão os aumentos? De 300 milhões de reais para subprefeituras e

zeladoria para um bilhão de reais; e para fiscalização de ambulantes, 78 milhões, outro tanto igual ao da obra da Anhangabaú; e aí não há dinheiro para a criança e o adolescente, que é prioridade absoluta. Não há dinheiro para conselho tutelar, não há dinheiro para ampliar conselho tutelar e não há dinheiro para ampliar serviços. As resoluções das conferências têm caráter deliberativo na Assistência Social? Não são incorporadas no orçamento desta Cidade.

E mais uma vez, para não faltar, o orçamento tem vício de gênese, porque a proposta orçamentária a ser encaminhada para esta Casa tem de ser aprovada pelo Conselho - está na lei. E a Lei não é cumprida. E esta Casa tem o papel de fiscalizar os atos do Poder Executivo, segundo a Lei Orgânica da Cidade, se não me engano, no artigo 14, no seu inciso XV.

Então, o que a gente espera é que os Vereadores cumpram de fato com o seu papel, corrijam essas distorções e garantam que as pessoas sejam a prioridade desse Orçamento, sobretudo, as mais vulnerabilizadas.

Concluindo, queremos cada pasta com o seu Orçamento, e não pires - como foi citado -, aqui na mão e cada serviço na sua pasta. Porque ninguém cogita posto de saúde vir para Assistência Social, ou ser financiado com recurso da Assistência Social. O CCA não é depósito, o CCA não é para criança ficar lá e não é reforço escolar. É Assistência Social e tem de ser tratada com dignidade. Dignidade para a Assistência Social, para seus trabalhadores, organizações e principalmente para os usuários. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Temos ainda doze inscrições e mais quatro pessoas que se reinscreveram, ou seja, 19 pessoas. Peço que as peças falem no seu tempo para que dê tempo suficiente para que as Secretárias possam responder as perguntas e os questionamentos feitos. Peço que sejam respeitados os três minutos.

O próximo inscrito é o Sr. Natanael de Jesus. Eu aviso em dois minutos e meio.

O SR. NATANAEL JESUS – Boa tarde a todos. Sou representante do Comas e faço parte da Comissão de Finanças do Conselho.

A primeira pergunta é para o pessoal da Secretaria da Fazenda: como será feita a

execução do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social, 250 milhões, e o Fundo Municipal de Desenvolvimento, CEU Urbano, 726 milhões? Eu desconheço e queria saber como é feita essa execução? Como é feito o acompanhamento? Tem algum Conselho? É acompanhado pela Câmara Municipal? Gostaria desse detalhamento.

A apresentação da Secretária Berenice foi apresentada no Conselho, só que faltou um adendo, que é a pressão orçamentária. Ficou da Secretaria da Assistência ir atrás da pressão orçamentária de 206 milhões. O que acontece? A proposta apresentada no Conselho Municipal foi inferior ao da Secretaria da Fazenda. Então o Conselho rejeitou a proposta da Secretaria da Fazenda, que era de 1.220, e acabou aceitando a proposta da Secretaria da Assistência, acrescentada com a proposta do Conselho. De acordo com o nosso Regimento Interno, compete ao Conselho Municipal da Assistência propor alterações se necessário na proposta orçamentária da Secretaria de Assistência. E o Conselho fez.

Então o Conselho acrescentou o reajuste dos trabalhadores que não estava previsto para o exercício de 2020, apresentou também a mesma proposta de 2019, a contratação dos orientadores socioeducativos ou educador volante para o CCAs. Acrescentamos também a verba de humanização para manutenção dos serviços, porque nos últimos anos vêm ocorrendo o quê? Quando tem o reajuste dos trabalhadores, a verba está sendo flexibilizada, está tendo de tirar da alimentação, do material pedagógico, para colocar no RH.

Então, cada ano que passa, a verba de manutenção dos serviços está ficando cada vez mais difícil. A gente também acaba colocando a capacitação dos usuários. Eles vêm pedindo no Conselho uma capacitação. Por isso a gente também acrescentou a capacitação dos usuários.

A proposta que a Secretaria da Fazenda apresentou, o Conselho rejeitou. A proposta que a SMADS apresentou, o Conselho fez um acréscimo e ficou da Secretaria da Assistência ir atrás de uma pressão orçamentária de 208, 206 milhões, e o Conselho também de uma pressão orçamentária de 140 milhões. Em cima disso, também veio a proposta do FAS

que acaba agregando toda essas nossas propostas. Então a proposta orçamentária que está aqui na Câmara Municipal de São Paulo não é a proposta que o Conselho aprovou.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado. O próximo inscrito é o Sr. Gilmar Rodrigues e em seguida a Sra. Tamara dos Santos Cereja, do Comas. Aviso com dois minutos e meio.

O SR. GILMAR RODRIGUES - Boa tarde a todos. Primeiramente, quero dizer que se existe alguém aqui que representa Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, não nos representa. Porque isso não existe para a população de rua. O que existe, sim, é a produção de vídeos de higienização das praças; mulhetantes, cadeirantes sendo carregados por agentes da Prefeitura, jogados para o outro lado da calçada, limpando as praças. É isso que existe.

Gostaria de saber quanto que a Prefeitura gasta para produzir esses vídeos? Quanto vale para vocês a vida de uma pessoa que está na rua principalmente de um idoso? Porque quando eu falo de população de rua, eu falo do idoso, do cadeirante, da mulher grávida, do egresso, da criança, do adolescente, do LGBT, dos sem-teto, dos negros, dos imigrantes. Falar de população de rua é falar de um contexto geral.

Então, 500 mil reais para a população de rua é uma vergonha. Deveriam ter vergonha de falar um número desse aqui: 13 milhões para a população de rua - está escrito aqui - e 19 milhões para usuários de álcool e outras drogas sendo que para se estar na rua, ou tem de usar um ou outro, porque na rua você tem de virar bicho.

Então essa política de exclusão, de higienização, eu acho que uma pessoa, não querendo ofender ninguém, mas sim as instituições que nos assistem, porque as pessoas que estão aqui, eles recebem para isso. A polícia que bate lá na rua, ela recebe para isso. Alguém manda eles fazerem. Alguém é responsável por isso.

Então em vez de ficarmos falando de orçamento, vamos falar de avanços e de construção porque a população, agora, no último censo, e eu tive o prazer de trabalhar no censo, vi como aconteceram as coisas. Poucos momentos antes de nós passarmos para contar

a população, as Subprefeituras das localidades iam lá e faziam a higienização para que nós passássemos lá e não pudesse contar ninguém. Isso é uma realidade. Quem viver, verá - quando o processo terminar.

Então fica aqui a nota de repúdio a esse tipo de higienização. E eu pergunto para vocês: a Prefeitura gastou dois milhões para fazer o censo. Quanto eles têm gasto para produzir um vídeo de uma hora e meia, duas horas, higienizando as praças de São Paulo? Então fica para a consciência de cada um, está bem? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Gilmar Rodrigues.

A próxima inscrita é a Sra. Tamara dos Santos Cereja. Aviso com dois e meio.

A SRA. TAMARA DOS SANTOS CEREJA – Boa tarde. Sou servidora pública, Conselheira do Comas pelo segmento dos trabalhadores. Primeiro acho que muitas falas contemplaram o que eu tinha que falar aqui, partindo da primeira fala que chamou atenção para a não execução do orçamento da Secretaria, que é vergonhoso. A gente tem visto dentro do Conselho a quantidade de recursos federais que a gente precisa reprogramar pelo não uso da secretaria, como se não tivéssemos necessidade do uso dos recursos.

Outra coisa que queria chamar atenção são para as emendas parlamentares que também não estão sendo executadas. Temos várias emendas, vários recursos parados, sem execução, não sem muito bem o motivo; talvez a Secretária aqui presente possa explicar. Então, temos que chamar a atenção para isso e para uma coisa que passou um pouquinho rápido pela Secretária, que foi a recusa do Comas para o Orçamento apontado pela Prefeitura, pela Secretaria. O Comas reprovou o Orçamento apresentado por vários motivos. Aí, quero chamar a atenção dos Srs. Vereadores: em que pese alguns Vereadores entenderem que o Comas não delibere sobre o Orçamento, porque são os Vereadores que aprovam o Orçamento na Câmara Municipal, o indicativo de uma reprovação por parte de um Conselho já indica que existem problemas na Secretaria, como bem falou um usuário aqui, que se atentou perfeitamente para isso. Então, acho que os Vereadores têm bastante instrumento para entender, para melhorar o Orçamento da Assistência Social. O Comas recusou e amplia muito

a indicação para o próximo período; então, acho que vocês precisam se debruçar sobre aquilo que foi aprovado pelo Comas para, a partir daí, melhorar a política na Cidade.

Aí, minha pergunta para os Vereadores sobre o que está sendo feito nesta Casa diante de tanto não uso do recurso. O que vocês fazem com isso tudo? Passa despercebido? O Comas faz uma coisa: “Bom, isso não é atribuição do Comas, é dos Vereadores”. É de quem? Quem fiscaliza o Executivo? Quem cobra do Executivo que execute aquilo que foi planejado? Então, venho aqui para chamar a atenção dos Vereadores para isso.

Acho que os colegas que me antecederam falaram bem sobre todas as questões, e eu queria falar de outras duas questões importantíssimas. Primeiro, meu repúdio ao Conselheiro do Comas indicado pelo Governo, que tem feito uma divulgação racista, homofóbica e desrespeitosa à morte da Vereadora Marielle Franco. Vamos discutir isso lá no Comas, e espero que isso chegue ao Gabinete. O que ele tem feito é uma vergonha, reforçando esse absurdo. Então, fica o meu repúdio, e espero que a Secretaria de Governo tome providências - nem sei de que Secretaria ele é - porque foi terrível o que a gente viu.

Em segundo lugar, o descaso com o não uso dos recursos,...

A SRA. SONINHA FRANCINE – Quem é o Conselheiro?

A SRA. TAMARA DOS SANTOS CEREJA – Conselheiro Hélio. Há toda uma barbaridade que ele vem fazendo circular, não podemos nos omitir sobre o que ele vem fazendo. Lamentavelmente, porque é uma pessoa que nunca pensei que faria isso; mas acho que isso tem que ser dito.

Para concluir, quero denunciar que a Secretaria não vem executando o Orçamento, e nas regiões estamos perdendo serviços por falta de organização interna. Temos dois SAICAs fechando no Ipiranga porque os proprietários querem suas casas de volta porque a SMADS não paga o aluguel. Isso vem adoecendo o trabalhador, que se desdobra para dar tudo certo, para não ficar jogando criança e adolescente para lá e para cá. Eu só queria fazer essa denúncia pública porque não é brincadeira o que a gente vive no território. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Tamara. Próxima inscrita,

Sra. Cecilia Apostolopoulos, do Comas.

A SRA. MARIA CECILIA APOSTOLOPOULOS – Boa tarde a todos, boa tarde à Mesa. Tenho três tarefas aqui. A primeira delas, evidentemente, é o Orçamento, lembrando que o orçamento do Comas foi redefinido por deliberação da maioria de todos os conselheiros que estava lá. Ninguém foi contra, na verdade houve consenso geral, incluindo os próprios conselheiros do Poder Público, que se espantaram com aquilo que foi apresentando; porque, mesmo havendo a tal pressão orçamentária, o valor era ridículo. Então, temos, até que enfim, uma parceria com os conselheiros, que não vão lá só para aceitar o que a Secretaria diz.

Dentro dessa apresentação que a Secretária fez, as ações de vigilância socioassistencial têm somente 1 mil reais para serem gastos em 2019. Não sei se é isso mesmo, se houve algum erro de digitação, mas é algo estranho. Ampliação, reforma e requalificação de prédios administrativos, 5 mil reais. Talvez eu tenha lido errado.

Outra questão é sobre a Resolução 1.127, do Comas, que aprova os padrões mínimos das propostas orçamentárias. Nesses padrões mínimos, a gente tem que ter a inclusão da verba de humanização. Essa inclusão de verba, o Prefeito dá - ou a Secretaria de Gestão, que acho que é quem manda na coisa – quando tem vontade. Então, num ano tem vontade, dá; no outro ano não tem vontade, não dá. Num ano é correspondente ao valor mensal inteiro, no outro, meio valor. Então, não temos aqui uma forma de equacionar as nossas finanças dentro do serviço, porque estamos sempre esperando que esse valor venha para que haja uma melhor qualidade do serviço. Quando não temos essa verba de humanização, somos obrigados, para manter certa qualidade, a tirar esse valor dos itens de outras despesas que podemos flexibilizar. Você flexibiliza, mas prejudica o atendimento que é dado ao usuário.

E o reajuste no custeio dos elementos de despesa. Falou-se aqui que precisaríamos dar aumento para o salário dos trabalhadores. Só que o supermercado aumenta, a água aumenta, a luz aumenta, o telefone aumenta, tudo aumento. Então, não basta repor a perda do salário, mas a do valor completo.

Para terminar, sabemos que dinheiro é dinheiro. Se não aumenta o dinheiro na caixinha, como fazemos? Então, a Administração e esta Casa têm que pensar de onde irão tirar o dinheiro. Acho que temos dois lugares bons de onde podemos tirar o dinheiro. Como se faz, não sei, só vou falar do lugar: que é a verba aqui da Câmara - aqui tem uma verba boa que a gente pode mexer para tirar esse dinheiro – e também do Tribunal de Contas. Não me perguntem como se tira isso, mas alguém me disse que esses dois lugares têm bastante dinheiro, que pode ser remanejado. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado. Próximo inscrito, Sr. Edson José Mineiro, do Conselho Tutelar Tiradentes II.

O SR. EDSON JOSÉ MINEIRO – Boa tarde a todos. Sou Edson Mineiro, também Coordenador da Setorial Leste dos Conselhos Tutelares. Gostaria, primeiramente, de dizer à Sra. Berenice, Secretária Municipal dos Direitos Humanos, que não tivemos, de fato, formação a respeito do SIPIA; o que tivemos foi um momento em que foi apresentado o SIPIA aos Conselhos Tutelares. Foi durante mais ou menos 2 horas e meia, momento em que cada conselheiro teve a oportunidade de ver o que é o SIPIA, mas não foi uma formação. Inclusive, várias dúvidas ficaram postas lá, e depois disso nenhum encontro foi novamente marcado.

A questão da formação dos Conselhos Tutelares de São Paulo é uma questão história, há anos os Conselhos Tutelares brigam por formação. Em alguns Orçamentos, conseguimos inclusive colocar recursos, mas esses recursos nunca foram efetivamente executados.

Fiquei com uma dúvida. No último dia 22, o Sr. Prefeito de São Paulo, Bruno Covas, em matéria do UOL disse que no Orçamento dos Conselhos Tutelares foram colocados inclusive recursos para construção de novos Conselhos Tutelares na cidade de São Paulo; e a gente não consegue, observando o Orçamento, dizer onde serão construídos esses novos Conselhos. Temos vários exemplos de regiões que necessitam, de fato, não só de reforma, mas de ampliação dos equipamentos existentes. Existe uma ação civil pública julgada em segunda instância condenando o Município de São Paulo por conta da péssima estrutura que é

dada aos Conselhos Tutelares.

Observando novamente o Orçamento, pelo menos aquilo que está proposto, existem 1 mil reais para todos os 52 Conselhos Tutelares em relação a material permanente e material de consumo para o exercício de 2020. Eu gostaria de também entender qual será o malabarismo que a Secretaria fará para conseguir administrar os Conselhos Tutelares na cidade de São Paulo.

Por último, deixo com a senhora um ofício, encaminhado pela Setorial Leste desde o último dia 8 de outubro, solicitando cópia da rubrica para todos os Conselhos Tutelares na cidade de São Paulo. Infelizmente, a gente ainda não teve essa resposta. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado. Tem a palavra a próxima inscrita, Sra. Camila Furchi, do gabinete da Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. CAMILA CRISTINA FURCHI – Boa tarde a todas e todos. Estamos diante de um discurso que não é novo quando vamos discutir a questão do Orçamento. Eu só estranhei que hoje ninguém começou dizendo assim: “Ah, a gente não tem recurso, a gente não tem recurso, a gente não tem recurso”, porque essa foi a lógica das argumentações que ouvimos ao longo dos últimos dois, três anos durante a discussão do Orçamento.

Estamos com o pires na mão, como outros companheiros disseram, mas temos 2,9 bilhões em caixa. Pelo terceiro ano consecutivo, temos aumento na arrecadação no IPTU, no ISS e no ITBI. Então, dinheiro não falta. A questão, acho, é eleger prioridades. Estamos vendo aqui, infelizmente, que a prioridade desta gestão não é a Assistência Social nem direitos humanos. É uma pena que nós também, apesar da exposição da Secretária Aline ter contemplado, ter trazido todos os programas, não vimos números. Enfim, isso não está claro. São vários os programas, mas não vimos números. É isto o que acontece aqui: não há prioridade.

Vou focar na questão de política para as mulheres e LGBT, que é a pauta que eu toco mais. Se há de fato um aumento no Orçamento de Direitos Humanos, ele se dá só em razão da incorporação da questão dos Conselhos Tutelares na pasta. Se você olhar para o

Orçamento sem essa verba do Conselho Tutelar, o Orçamento de Direitos Humanos – atenção, companheiros e companheiras – é inferior ao que a Prefeitura pretende gastar com a fiscalização dos ambulantes. Eu acho que isso é, no mínimo, indignante. Há outra questão a qual temos que atentar: a gente orça, a gente pleiteia, a gente faz a discussão do Orçamento aqui, coloca emenda suplementar *etc.* e tal, mas o que vai ser executado serão 40%, 50% do que foi orçado. É isso o que a gente tem na política para as mulheres. Havia, no Orçamento de 2018, quase 30 milhões, dos quais somente 7 milhões foram executados.

Há outro absurdo, para o qual eu pediria a atenção da Secretária Berenice. A Secretária está chefiando as duas pastas, e tenho certeza de que ela sabe o que significa esse fenômeno da violência contra as mulheres na cidade de São Paulo. Temos regiões na Cidade onde não há um CDCM sequer. Por exemplo, a região Norte, que é uma região que uma pesquisa recente mostrou ser uma das regiões onde as mulheres são mais agredidas. Precisamos de delegacia? Sim, mas precisamos de serviços para apoiar a mulher para que ela saia de uma relação de abuso. Não existe um CDCM na zona Norte, e, pelo Orçamento que está colocado aqui na Assistência Social, você tirou 10 milhões que iriam para os CDCMs. Precisamos aumentar o número de CDCMs na Cidade, e não diminuiu ou precarizar, como está acontecendo.

Por fim, dirijo uma pergunta à Secretária Berenice. Em relação à população LGBT, há um aumento da previsão orçamentária. A senhora anunciou que haverá abertura de um novo centro na zona Oeste; mas, infelizmente, esse novo centro será aberto fechando-se um outro na cidade de São Paulo, o do Largo do Arouche, que foi o primeiro, criado na gestão Haddad, com a incorporação do CRD. Eu gostaria que a senhora, por favor, tecesse comentário sobre isso e trouxesse, de fato, em números, a ampliação do Programa Transcidadania. Será aumento do recurso? Será aumento de vagas? Como isso se dará? E quanto custa um centro LGBT? E por que tivemos que fechar um para abrir outro?

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra a próxima inscrita, a Sra. Adriana da Silva, da Associação da Parada LGBT.

A SRA. ADRIANA DA SILVA – Boa tarde a todos e a todas. Faço parte da Associação da Parada, sou uma das diretoras. Estou lá há 20 anos. Primeiramente, eu queria perguntar para a Dra. Berenice por que não há albergue para as travestis transexuais que estão nas ruas. Aproveito para agradecer a presença e parabenizar o pessoal do Centro POP, que falou bastante sobre isso, porque hoje em dia há muitos travestis e transexuais nas ruas, e muitos albergues fecharam. A única parceria que dá ajuda às travestis é o Centro dos Direitos Humanos. O Ricardo, do Transcidadania, está aqui. Se não fosse por esse projeto, eu não estaria empregada. Inclusive hoje foi inaugurada Florescer II. Parabéns, mas deveria ter mais uma casa dessas e mais um Centro de Cidadania aqui no centro de São Paulo, porque não há nenhum. Além disso, os albergues todos fecharam, mas não só para as travestis e transexuais, não, também para as mulheres cis. A maioria dos albergues é para homens.

Então, tem que haver mais albergues para mulheres cisgenero e para travestis e transexuais. Eu pego muito (ininteligível) para moradores de ruas e não levo só para travestis, mas também para homens e mulheres cis. Tenho vergonha de ir à cracolândia e ver o estado das pessoas que estão lá. É inadmissível.

Por isso, gostaria que fosse aberto mais um centro. Parabéns à Casa Florescer, representada aqui pelo Beto, um dos diretores, e à Casa Transcidadania. Queria que fossem abertas mais dessas para essa população. Eu, por exemplo, vivo em São Paulo, mas não preciso disso, porque moro com a minha família, que me aceita do jeito que eu sou. Mas, e essas meninas que vêm de fora, que têm vergonha de voltar para o seu Estado de origem por ter medo de se mostrarem do jeito que estão hoje? É inadmissível.

Por favor, abram mais um centro e olhem para as travestis e transexuais que estão nas ruas.

Obrigada, Sra. Adriana.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. Ivanilton da Silva Oliveira.

O SR. IVANILTON DA SILVA OLIVEIRA – Boa tarde a todas e todos. Sou um

trabalhador terceirizado da Assistência Social e quero dizer a todos os trabalhadores e trabalhadoras da Assistência que venho observando o sofrimento e o adoecimento da nossa categoria em função do sucateamento que está ocorrendo na Assistência Social na cidade de São Paulo. Isso muito me preocupa, porque vemos o povo sofrendo e as nossas discussões não avançam.

Recentemente, foi lançado nos cinemas um filme chamado Coringa. E é triste perceber essa realidade, o Estado cortando os direitos da população e causando esses enormes problemas. Vemos as consequências acontecerem com quem está na ponta, com adoecimento na família, na criançada e nos jovens por falta de investimento público.

É importante que as pessoas que têm responsabilidade na aprovação do Orçamento levem em conta uma política voltada para a paz, para igualdade e para a equidade na cidade de São Paulo e não promovam uma política que gere violência. Não se pode agir promovendo a violência, e este orçamento é cruel.

Na cidade de São Paulo, está havendo vários cortes nas políticas públicas voltadas à questão a das mulheres, das crianças e dos adolescente. Inclusive, recentemente foi divulgada uma nota esclarecendo que houve um corte na verba para quem atende nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculo; esse corte atinge a parte de alimentação e a pedagógica. Vamos sentir isso na pele.

A Sra. Berenice, atual Secretária de Direitos Humanos e Assistência Social, destacou apenas que haverá mais atenção para os Direitos Humanos e gastou cerca de sete minutos para falar da Assistência Social, quando, na verdade, deveria haver uma audiência para cada Pasta, pois a questão do trabalho está passando batida.

Que bom que há cem milhões que estão vindo da Educação, mas o questiono se essa verba já não está carimbada. Se ela é voltada para a primeira infância, como fica isso?

A nossa sugestão para compor o orçamento da Pasta é que seja tirada verba do Fundo de Desenvolvimento Urbano, que aumentou em 63%, e vá para a Assistência Social, porque está ocorrendo um *deficit*, não um aumento.

Aproveito a oportunidade para convidar o pessoal para a audiência dos CCAs que ocorrerá amanhã. Um convite especial para a Sra. Berenice discutir esse assunto tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Ivanilton.

Tem a palavra a Sra. Eliana de Santana, do Comitê PopRua.

A SRA. ELIANA DE SANTANA – Boa tarde a todos. Com muito respeito, saúdo a Mesa: a Sra. Berenice, Secretária Municipal de Assistência Social; a Sra. Aline, Secretária Municipal de Trabalho; o Vereador Suplicy e o coordenador.

Estou bastante contemplada com as falas e fico bastante feliz de perceber um avanço na Assistência Social. Divergência de pensamento não significa que somos inimigos.

Agradeço pela inauguração da Casa Florescer II e pelo POT PopRua.

Quero lembrar, Anderson, que verba da Saúde tem que ir para a Saúde, verba da Educação tem que ir para a Educação e verba da Habitação para a Habitação. Isso para podermos trabalhar a intersetorialidade.

Agradeço o Prefeito pelas obras no Edifício Asdrúbal Mario de Andrade. Foi um avanço. Também fico feliz pela notícia de que uma verba de 500 milhões será destinada à moradia voltada a pessoas em situação de vulnerabilidade. Gostaria que, por favor, entre essas pessoas, constasse a mulher vítima de violência.

Antes de encerrar a minha fala, gostaria de mandar um abraço para o Zé Guilherme, a pessoa que me colocou numa conferência sobre saúde e até hoje sou viciada em conferências.

Um beijo para a Vereadora Soninha, que ainda não tinha cumprimentado.

Agora, só um trequinho.

-- Oradora se manifesta com um canto.

A SRA. ELIANA DE SANTANA – Aplausos para todos nós que somos guerreiros.

Beijo, Robson. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Eliana de Santana.

Tem a palavra o Sr. Doni Araújo, do Fórum de Assistência de M'Boi Mirim.

O SR. DONI ARAÚJO – Inicialmente, agradeço todos que estão aqui presentes, porque eu acho que o Orçamento público tem que ser discutido pelo público, e são os munícipes desta cidade a quem devemos agradecer, pois são eles que garantem a visibilidade do Orçamento da Cidade e que, nas próximas eleições, saibamos em quem votar.

Em segundo lugar, quero dizer que fico muito confuso em questionar qualquer coisa nesta audiência pelo fato de estarem presentes três Secretarias, sendo que os eixos, as coordenadorias e as tipificações são distintas. Enfim, no meio do caos do Legislativo, gostaria de formular algumas questões.

Quais são os impactos do contingenciamento – o que eu chamo de congelamento – realizado pelo Executivo nas Secretarias no ano de 2019, na mortalidade infantojuvenil, na desigualdade social do Município de São Paulo e no crescimento dos índices de violência, homicídios, etc.?

Gostaria também de um esclarecimento de como podemos desenvolver uma política pública de qualidade, assim como o Executivo propõe no projeto do Orçamento no que diz respeito à Assistência Social, dizendo que está alocando recursos, sendo que o mesmo texto indica que está trabalhando com menos dinheiro.

Estamos aqui há anos falando da importância da revisão das Portarias 46 e 47, que tipificam o nosso serviço, que nos massacram e que nos deixam doentes. Em vez disso, o que vem acontecendo é que esta gestão está optando em nos confundir e desmontar e desarticular uma das maiores redes de prevenção social desta cidade, o centro para crianças e adolescentes. Digo isso porque não dá para estar na base com essa total insegurança.

Dizem que não vai mudar nada, mas, em casa, quem coloca o dinheiro, às vezes, é quem manda. Por isso, temos que ficar espertos com isso, porque a Educação sempre agiu assim conosco. No censo escolar de 2017, a DRE realmente mandou nos CCAs. Foi uma confusão sem tamanho, com DREs ligando para CCAs dizendo que nós tínhamos que executar serviços da educação.

Isso quando era apenas o censo, mas, agora, com o dinheiro da educação, como será? Precisamos de respostas, porque isso está muito nebuloso.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Doni Araújo.

Tem a palavra a Sra. Dulcinéa Pastrello.

A SRA. DULCINÉA PASTRELLO – Boa tarde, gente. Só queria deixar a seguinte pergunta para os Vereadores e a Secretária: qual o plano vocês têm para que esta cidade melhore com o desmonte que está ocorrendo na Assistência Social? Eu não sei se vocês percebem, mas os serviços que a Assistência Social presta é de proteção básica. Proteção básica significa evitar que crianças vão para o trabalho infantil, evitar abrir mais SAICAS, abrigos para crianças.

Fico muito triste de perceber que temos que abrir SAICAS e que temos que ter mais conselheiros tutelares, de saber que a nossa cidade e o nosso país precisam de um ECA para ensinar como temos que cuidar das nossas crianças, porque não sabemos. Pelas políticas da Assistência Social, temos claro que é isso que está acontecendo. Toda vez que diminuem ou fecham CCAs, aumenta o número de crianças em faróis, aumenta o número de crianças na Fundação Casa e aumenta o número de crianças abrigadas.

Nós do COMAS somos muito sérios. Nós levamos muito a sério o orçamento da assistência social, o dinheiro público. Nós queremos dinheiro público que de fato cumpra o que a política tem para ser executada. Quando a gente diz que tem dinheiro para colocar o terceiro educador, o educador volante, no CCA, é que a gente tem que garantir que essas crianças estejam sendo atendidas. Não é na escola, não é ficando o dia inteiro na escola, que você vai garantir que essas crianças tenham qualidade de vida. A gente precisa falar com essas famílias, a gente precisa ter atendimento das famílias.

Então eu só queria saber qual é o plano que a Secretaria tem para que isso não aconteça: para que não aumente o número de criança no farol, para que não aumente o número de crianças abrigadas, para que não aumente o número de famílias na rua, se vocês

têm esse desmonte da assistência social.

E para vocês, Vereadores, que fique muito claro na cabeça de vocês a importância dessa política. Nós não estamos falando de uma secretaria qualquer, nós estamos falando da secretaria que garante o bem estar das pessoas, nós estamos falando de uma política que garante a questão de fortalecimento de vínculos, para que mais tarde a gente não precise construir presídios, a gente não precisa mais ter Fundação Casa aberta, para que a gente não precise ter famílias e pessoas na rua. Que vocês tomem muito cuidado na decisão de vocês, pensando na cidade que nós queremos, uma cidade em que as pessoas tenham qualidade de vida. E só dá para ter qualidade de vida se você tem os seus vínculos garantidos, se vocês tem os seus direitos garantido. E isso que a assistência social faz: é uma política de direitos, não está aqui para fazer caridade e nem benevolência.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. Gabriel Junqueira.

O SR. GABRIEL JUNQUEIRA – Oi, boa tarde.

Bem, aqui, pessoas muito mais qualificadas que eu já mostraram a ficção que foi apresentada aqui no começo, antes das intervenções de tantos especialistas, de tantos ativistas, de tantos conselheiros. Eu não vou me delongar tanto sobre isso. Vale lembrar que existem pelo menos 12 bilhões de razões para ser contra tantos cortes que estão sendo feitos em tantas áreas sociais.

Aqui eu vou pontuar uma coisa um pouco mais de vista de cidadão mesmo. Eu sei que não é especificamente de Secretaria de Direitos Humanos, ou de alguma das secretarias envolvidas, é uma questão mais estrutural, mas como essas audiências são feitas, o formato que elas são feitas. No fim, elas acabam sendo feitas em dia de semana, de manhã e de tarde, sem acesso nenhum à população que realmente vai se beneficiar dos serviços, sem ser só nos fins de semana. “Ah, mas aí o Vereador teria que ficar no final de semana?” Sim, teria. Então fazendo esses parênteses? Eu acho que seria muito importante que essas audiências, sessões, fossem feitas de uma maneira mais popular. Não estou falando que não tenha gente

do povo aqui – claro que tem, e demais, isso é uma coisa maravilhosa –, mas que realmente permitisse uma divulgação melhor. Imagine se a Nike fosse divulgada da maneira que são divulgadas essas sessões: uma pequena nota de rodapé no jornal. Ninguém compraria tênis da Nike. Agora, eu não estou falando para nós nos tornarmos Nike, isso daqui é governo, é outro assunto, mas tem que haver uma divulgação um pouco maior. E tem que haver um acesso um pouco melhor das populações de rua e para a população trabalhadora – em fim de semana, em fim de noite; ônibus passando nos lugares de trabalho, sim, para levar nos lugares onde ocorrem as audiências. E audiências mais descentralizadas: em bairro, em periferia. Enfim, mas também vou aproveitar para falar outros dois pontos.

Eu me lembro, um dia, era domingo, eu estava numa paralela da Paulista. E alguma coisa que me chocou muito, nunca esqueço; na hora eu chorei demais: uma multidão de vendedores ambulantes correndo com carinho de mão. Correndo, correndo, correndo, desesperados, homens e mulheres; uma, inclusive, carregando criança, tentando subir na Paulista. Atrás, a alguns passos de distância, eu vi um caminhão com um pessoal de colete amarelo. Era o rapa. Eles estavam tentando subir onde? Na Paulista, domingo, Cidade Linda, mas a favela não. No fim das contas, eles conseguiram escapar do rapa e ficaram lá no centrinho, na coisa bela, na Paulista linda. Isso é maldade. Secretário, falando sério: gastar o dinheiro público para tirar do trabalhador, que está tentando ganhar a sua vida; ficar querendo regular o vendedor ambulante, desculpa, é maldade. Agora, engraçado que essa maldade sempre tem cor, sempre tem classe social. Engraçado que quando foram par a Paulista, o pessoal riquinho, o pessoal com dinheiro, para tirar *selfie*, essas coisas, aí pararam, aí o rapa não chega, não vai na Paulista.

Eu espero que aqui muitos já tenham tido a oportunidade de visitar o Centro Cultura Grajaú para ver, sim, um grupo de jovens (Ininteligível) final de tarde, fim de semana, sexta-feira à noite, sim, sentando para bolar um baseado. E aí tem colete que é tudo que é tipo de cor que vai encher o saco. Aí tem colete azul, tem colete amarelo, tem colete verde, tem colete de todas as cores; só não tem colete vermelho. Só que o sangue que é derramada, o sangue

que está nas mãos, às vezes, do policial, o sangue fica nas mãos, às vezes, de um funcionário mesmo da Assistência Social, que deveria estar protegendo essas pessoas, o sangue que fica na mão, por inação, da Secretaria do Direitos Humanos é vermelho. Embora as pessoas, às vezes, pareçam querer negar isso. Agora, já se for ao Masp, ou à Praça Roosevelt, você vai ver uma multidão de jovens ricos, de classe média alta, fumando maconha, e a polícia não dá a mínima. Isso é perseguição da população mais pobre; o nome disso é encarceramento da população negra. É isso que está sendo discutido quando a gente fala de um plano de orçamento como esse. A gente realmente está falando em gastar mais dinheiro na prevenção de drogas do que ajudando os moradores de rua. Isso é um absurdo, isso é uma maldade sem tamanho.

Aqui eu me lembro, e já dando uma de Suplicy, só para concluir: um mano meu estava ganhando dinheiro, tinha comprado um carro, até Rolex. Foi fuzilado à queima roupa no colégio, abastecendo a playboyzada de farinha. Ficou famoso, virou notícia. E deu dinheiro nos jornais, (Ininteligível), na polícia. Vinte anos de idade. Alcançou os primeiros lugares: superstar do Notícias Populares.

Obrigado, gente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – O próximo inscrito é o Carlos Alberto de Souza Júnior.

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA JÚNIOR – Boa tarde a todos. É bem breve.

Quero saudar a Mesa. Eu sou presidente do Conselho Municipal da Criança. É importante falar do orçamento da criança, que a gente ainda precisa estruturar na cidade de São Paulo. A gente não tem um orçamento que, de fato, seja pensado com prioridade absoluta para a criança e o adolescente. Eu acho que isso é uma dificuldade quando a gente vai construir uma cidade que quer ser justa e igual para as pessoas. E aí pensando especificamente sobre o orçamento de direitos humanos – que foi muito rápida a apresentação, acho que tem que ser um pouco mais densa, apresentar –, a gente está falando do Conselho Municipal da Criança, que tem várias previsões legais; e uma delas, inclusive, é a pensar a

formação dos conselhos tutelares, pensar a política pública para esse município. E a gente tem um corte aí de uma média de 70% do orçamento apresentado pela peça que a gente recebeu na semana. Inclusive, a proposta do conselho vai com o mesmo orçamento, inclusive, aprovado em 2019. Então eu acho que não previu nenhum aumento. Então a gente conseguiu pensar o mesmo orçamento, reorganizando ele para que a gente possa dialogar, e, de fato, pensar a política pública para a criança.

É importante frisar que muito se fala do Fumcad, que é um fundo municipal. Mas o Fumcad não está para executar a política pública do município, o Fumcad está para pensar políticas inovadoras e complementares no município. E aí, muitas vezes, querem usar o fundo com o papel de fazer a política pública, que é papel da secretaria. Então, quando se apresenta o número, um grande valor apresentado, não explicam qual a função dele e como vamos aplicar o Fumcad, de fato, na execução dos projetos e programas que o CMDCA tem como papel.

E superimportante também discutir o que já foi falado aqui: o respeito às deliberações dos conselhos; principalmente, os conselhos deliberativos. Então a gente precisa dialogar sobre as políticas públicas. Se vamos dialogar sobre CCA, tem que passar no CMDCA e tem que passar no Comas. Se se for dialogar sobre política de criança a e adolescente em situação de rua, tem que passar pelos conselhos, não dá para pensar, sentado de um lugar, ter uma deliberação e não respeitar a lei. E cada vez mais tem ficado mais evidente na nossa cidade que a gente não está dialogando com os conselhos. Não é dizer que os conselhos não têm participação, dizer que ninguém vai, porque a gente tem ido. Todo mundo está lá nas reuniões, tem reunião, todo mundo está funcionando. O que falta é trazer esse diálogo. E a Secretaria, no caso, chamar o conselho para esse papel e também ouvir o conselho, para deliberar sobre a política pública.

Enfim, é isso. Eu acho que é importante a gente rever essa ideia do modelo. São muitas temáticas. Eu gostaria muito de ouvir mais sobre a ideia da Secretaria de Desenvolvimento e Trabalho, mas o tempo é muito rápido, e acaba não aprofundando a

temática. Então cada pauta tem que ter o momento. Nem que gaste aqui um mês para discutir, eu acho que é o mínimo que a gente pode fazer por uma cidade que quer se tornar justa, igual, acessível, e, principalmente, transparente aos munícipes que nela moram.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Agora nós temos os últimos reinscritos.

Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Obrigado, Vereador Guedes, pela inscrição.

As minhas perguntas são muito rápidas para a Secretaria, a Vereadora Aline Cardoso.

Aconteceu uma coisa muito absurda – o Vereador Suplicy, que trabalha há 30 anos com orçamento sabe –: desaparecimento de uma dotação orçamentária prevista no plano plurianual. Eu acho que isso é um vexame, do ponto de vista orçamentário. E estou me referindo, até em homenagem à dona Socorro, ao Parque Tecnológico da Zona Leste, Dotação 3405, prevista no PPA de 2018 e de 2021, com dotação para os quatro anos. A partir deste ano, 2019, essa dotação sumiu do orçamento; em 2020, ela também sumiu de novo do orçamento. Gostaria de saber se está na pasta da Secretaria Aline, porque estava previsto realmente para trabalho, como está escrito na página 246 do PPA; se foi para inovação tecnológica. Enfim, o que houve com esse projeto?

E, especificamente sobre a sua pasta, o Orçamento de 2019, a verba para o turismo. Tem uma verba; e essa verba foi para a Secretaria do Turismo, porque está zerada. É a 2640.

Sobre a específica do trabalho: Bolsa Trabalho, não se executou nem metade. Falou-se muito aí, a verba era de 4 milhões e 800 mil, e foram executados apenas um milhão e meio de reais. Então é muito pouco para uma pasta, um programa social. E também estranho desaparecimento do programa Começar de Novo, que é um programa que está na lei para pessoas acima de 40-50 anos. Esse programa sumiu.

Também gostaria de saber por que a dotação do VaiTec está zerada, sendo que ela é de um milhão de reais. E a operação VaiTec não tem nada executado e nem empenhado. Por que que o Comusan não aparece, se está na sua secretaria. Segurança alimentar é um assunto sempre importante. E o PróJovem Urbano também desapareceu. E as dotações da sua pasta também zeradas: Adesampa, sobre o qual muito se falou, com dotação de quatro milhões de reais para operação e manutenção, e nada executado, muito menos empenhado. Incentivo à economia popular e solidária: zero; também nada empenhado, nada liquidado. Acho que a exemplo do ano passado, quando comentamos esse assunto também – 8100. Por fim, fomento aos polos de desenvolvimento: nada empenhado, nada executado. Então eu gostaria de saber por que continuam com problemas todas essas execuções da Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado ao Sr. Fábio Siqueira. E obrigado ao rapper Pirata, que retirou a sua inscrição porque se sentiu contemplado.

Tem a palavra o Sr. Artur Amato.

O SR. ARTUR AMATO – Foram feitas várias temáticas. Agora muitas coisas foram mostradas, mas muitas coisas foram retiradas. Muitos programas foram retirados. Muitos dos Fumcads foram extintos. E de muitas coisas não se deu notícia à sociedade. Muitas pessoas têm sido praticamente enganadas, porque a prestação de ser contas tem que ser clara. Então, se não tem uma prestação de contas clara, e se muitos trabalhadores se sentem discriminados, eles podem entrar com um artigo sobre discriminação contra autoridades, contra pessoas e contra órgãos também. A OAB também fornece toda essa instrução gratuitamente. Agora, muitas pessoas não sabem o que está acontecendo e para onde está indo todo esse dinheiro. Para onde foi todo esse dinheiro, 68 bilhões – como o senhor viu, Suplicy, na última reunião. Para onde foram esses 68 bilhões que estão sobrando na Prefeitura de São Paulo? Agora, 38 bilhões vão para conselhos tutelares. Agora todos os conselheiros vão ser milionários? Todo mundo vai querer prestar para conselheiro.

Eu acho que tem que se prestar atenção não só à instrução das crias e a dos adolescentes. Agora, muitas pessoas não prestam atenção, muito menos prestam atenção em tudo isso que está acontecendo – como em Parelheiros, como na zona Sul, como na zona Leste, como na Cidade Dutra, onde eu fiquei dez anos como conselheiro. Muitas pessoas não veem esses locais. Para muitas pessoas, esses locais não existem. O que existem são apenas bairros nobres.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Artur Amato.

Tem a palavra o Sr. Robson Mendonça.

O SR. ROBSON MENDONÇA – Mais uma vez, boa tarde a todos. Ilustre Secretária Berenice, eu não sou analfabeto político igual ao Vereador que me criticou. Eu não critiquei a senhora, porque a senhora merece respeito, e eu a considero como pessoa, eu estava falando da sua pasta, da execução orçamentária feita pela sua pasta. É isso que a gente está debatendo aqui: orçamento, execução. São pessoas que estão em cargo. E as pessoas merecem respeito. Então eu acho que o nobre Vereador que me criticou deveria se informar para não ser um analfabeto político.

Outra coisa: quando eu falo na questão de orçamento, eu falo das crianças e adolescentes que estão com sarna na Praça da Sé, tomando banho naquela água podre, porque não tem lugar para tomar banho; que estão correndo para dentro de buraco para tomar banho porque a polícia está quebrando braço e perna deles. É disso que eu estou falando. Quando eu falo de orçamento, é isso, é vida, é dinheiro público para defender vidas. Quando eu falo de orçamento público para a população em situação de rua, eu falo sobre aquele cadeirante, ou não cadeirante, que está se arrastando pelas calçadas por não poder mais caminhar. É desse dinheiro que eu estou falando, que está sendo gasto, desviado, como está sendo desviado para o Vale do Anhangabaú, e para a reeleição do Bruno Covas. Essa é a realidade. Porque uma coisa é certa: nós temos policiais e GCMs bons que saem da sua casa para defender a lei e a ordem, mas nós temos bandido fardado. E não sou eu que falo, é a mídia que fala. Assim como tem policiais vendendo droga na Cracolândia; e outras coisas mais.

Vimos o caso daquele Guarda Civil Metropolitana que estava matando um coitado que estava sentado numa praça. Então é sobre esses marginais e sobre esses desvios de conduta que eu falo. E quando eu falo de gestão de governo é o desgoverno que está desmantelando toda a questão social, com desmonte total. O Comas não está sendo respeitado, e o Comas tem que ser respeitado porque é um órgão maior! Isso é que eu quero falar. E quero dizer que eu jamais vou me calar; só quando eu estiver debaixo de sete palmos de terra.

Um bom fim de noite para todos.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Robson Mendonça.

Só esclarecendo o público presente que nós, da Comissão de Finanças e Orçamento, tiramos um calendário bastante amplo de discussão em audiências públicas: um total de 24 audiências públicas, sendo 10 temáticas, a serem feitas na Câmara Municipal; e 14 externas, regionais, que ocorrem às terças-feiras à noite, sextas-feiras, sábados, de acordo com a região e com o calendário que foi estipulado com o governo local.

Para se ter uma ideia, há em média de 30 inscritos em cada audiência, para falar por três minutos. E a nossa parte é ouvir, acompanhar, tentar absorver as demandas que vocês trazem, para que a gente possa compor, debater e tentar melhorar o Orçamento, de acordo com os anseios da comunidade.

É isso que quero deixar bem claro. As audiências acontecem aos finais de semana, sim; acontecem à noite, sim. Inclusive o calendário das audiências está exposto no site www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2020/agenda onde todos podem acessar e acompanhar.

Tem a palavra o nobre Vereador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y – Sr. Presidente, nobre Vereadora Soninha Francine, prezadas Secretárias Berenice e Aline, em primeiro lugar, quero esclarecer que fui conversar com a Secretária Berenice para que não houvesse dúvidas e ela só recebe um salário de Secretário, só para esclarecimento; e com todo respeito a ela, tendo a responsabilidade por duas Secretarias, ela é chamada por mim, pelo menos duas vezes e até mais do que outros Secretários, porque tenho sempre muita coisa a estar dialogando com ela,

que sempre tem me tratado com atenção e respeito.

E num ponto que está por ser decidido, com a colaboração do Comitê Pop-Rua, que é justamente o projeto de lei sobre a população em situação de rua, aproveito a oportunidade para entregar à Secretária Berenice o último substitutivo, que foi objeto de diálogo com o Subsecretário da Casa Civil hoje, que tem dúvidas ainda sobre um ponto relativo, como o fato de não se permitir que se tome da população em situação de rua os materiais laborais, entre outros detalhes. Mas ela está muito atenta, então veremos se conseguimos apreciar e aprovar este projeto o quanto antes; no mais tardar na próxima semana.

Gostaria de perguntar à Secretária Berenice como está o Censo PopRua, porque há duas semanas nos foi relatado por alguns dos que estão fazendo a pesquisa que estavam estranhando o fato de que, antes deles chegaram ao local onde havia uma população significativa de rua, estava indo antes a polícia, ou a guarda civil, e como que retirando. E isso poderia prejudicar o resultado do Censo PopRua.

Essa é uma preocupação inclusive do Comitê Pop-Rua, dos pesquisadores que estão presentes. E agradeço se puder esclarecer esse ponto.

Outra pergunta é sobre o conjunto dos três programas que existem de transferência de renda: Bolsa Família; Garantia de Renda Mínima; e Renda Cidadã. Se os três continuam, e qual é hoje o número de famílias beneficiárias em casa um deles?

Gostaria de ressaltar que, em 2011, a Presidente Dilma conclamou a sociedade a realizar a busca ativa, solicitando aos governos estaduais, municipais e entidades da sociedade. Nós cidadãos, se soubermos de alguma família que esteja nos parâmetros do Programa Bolsa Família, que receba até R\$ 178,00 per capita/ mês e ainda não estiver incluído, é nosso dever informar essa pessoa. Basta ir à Secretaria de Assistência Social ou no CRAS mais perto da sua casa e se inscrever, que terá direito a receber.

Segundo último levantamento do cadastro único que acabei de obter, há 584.747 famílias no parâmetro de até R\$ 178,00 per capita em São Paulo; e desses, 434.130 são

equivalentes a 74,2%, estão inscritos.

Se a Prefeitura Municipal, sobretudo através da Secretaria de Assistência Social e de Direitos Humanos, realizar a busca ativa e conseguir que as 584.747 se inscrevam efetivamente, passarão a receber R\$ 158,50 por mês, transferidos do Governo Federal para a Prefeitura; portanto, não custará mais à Prefeitura, ao contrário, significará uma injeção de recursos para o Município de São Paulo ativando a economia paulistana.

Dessa forma, em vez de receberem, como no último mês, R\$ 68.824.614,00 no mês, esse valor passará para R\$ 92,7 milhões de reais. Portanto, no que pudermos colaborar para que toda família que esteja dentro dos parâmetros do Bolsa Família efetivamente se inscreva, isso será muito positivo, porque aumentará os recursos na cidade de São Paulo.

A Prefeitura conta com um programa de transferência de renda instituído desde o Governo Marta Suplicy, que é o Programa de Garantia de Renda Mínima; mas esse programa tem diminuído sua execução orçamentária, ano a ano, em função do crescimento do Bolsa Família que ocorreu durante o Governo Federal. Então, se for possível saber quantas pessoas estão nesse programa e também no Renda Cidadã e se, por ventura, ele será encerrado. Mas talvez seja o caso de aperfeiçoá-lo.

Eu gostaria de ressaltar que no Congresso Nacional está se examinando uma proposta de economistas do IPEA, dentre os quais Sergei Soares está propondo a junção do programa Bolsa Família, do Salário Família, do desconto de Imposto de Renda propiciado àquelas pessoas que ganham mais e que descontam para cada dependente até 16 anos, e outro programa; e isso tudo ser substituído por uma Renda Básica Universal para toda pessoa até 18 anos, que seria um benefício universal infantil e para adolescentes. Isso pode ser um primeiro passo na direção da Renda Básica de Cidadania, que está sendo efetivamente estudado.

Agradeço também se puder nos informar que dia será inaugurada a Casa da Mulher e que funções ela vai, efetivamente, prestar, porque há uma enorme expectativa inclusive de todas as Vereadoras desta Casa, que estão aguardando isso o quanto antes.

Pergunto como está a chegada de imigrantes nesse período, em 2019, na cidade de São Paulo; fiquei muito satisfeito que colaborei com uma emenda que fez com que houvesse um Centro de Referência para imigrantes móvel na Cidade; e espero que esteja colaborando bastante.

Para a Secretária Aline Cardoso eu gostaria de perguntar quantas vagas há efetivamente no Programa de Operação Trabalho. E todo dia chegam pessoas no meu gabinete e perguntam o que devem fazer para se inscrever no POT. Se a senhora puder nos responder, querida Aline: se uma pessoa quiser se inscrever no Programa Operação Trabalho, onde ela deve ir, o que ela deve fazer? Agradeço muito, porque é uma informação relevante para todos, inclusive para muitos da população em situação de rua.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra a nobre Vereadora Soninha Francine.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Sr. Presidente, quero reiterar o que V.Exa.: são dezenas de audiências públicas realizadas na Cidade inteira; a Comissão de Finanças tem nove membros, que se dedicam a outras Comissões também. Então é inconciliável fazer mais audiências públicas do que o número que a Comissão já conseguiu conciliar.

As audiências são transmitidas *on-line*, ou seja, é possível acompanhar o que está sendo dito aqui. E não precisa vir à audiência pública para ter uma contribuição levada em consideração. A Câmara Municipal disponibiliza, nos últimos, uma página para que qualquer pessoa faça a sua contribuição onde quer que ela esteja, até que a Comissão aprove uma primeira versão do relatório e, finalmente, uma segunda aprovação em plenário. Então é possível contribuir de muitas maneiras.

Também o nobre Vereador Suplicy já perguntou sobre a Operação Trabalho. Eu queria saber se há perspectiva de crescimento real do oferecimento de vagas, da disponibilidade de recursos.

Secretária Berenice, a tipificação que é reproduzida na Portaria 46 é a tipificação

nacional, com algumas exceções. Alguns serviços são típicos da cidade de São Paulo, alguns já existiam antes da Portaria, outros foram criados depois. Mas, em geral, o que determina o RH e os repasses correspondentes do Governo Federal é a tipificação nacional. E a tipificação não contempla algumas coisas para todos os serviços, como a meu ver deveria contemplar.

As equipes que trabalham na rua, por exemplo, em SEAS e SASF, não têm direito a um recurso para alimentação. Embora seja uma jornada de seis horas, pelas características do trabalho dessas pessoas, não dá para imaginar que elas não se alimentem nesse período ou que elas tenham um lugar para parar e esquentar um almoço. Então essa é uma deficiência na definição do próprio serviço.

Recentemente, estive num Centro de Acolhida para idosos também e a gerente comentou como seriam necessárias as horas técnicas, e são muitos os serviços que não têm essa previsão de horas técnicas. E eu não sei como é a disponibilidade de recursos para transporte dos usuários dos serviços para atividades externas, se existe uma previsão minimamente eficiente, porque é uma parte bastante desejável do serviço: equipamentos para atividades culturais, atividades esportivas, de lazer. Não sei se essa previsão do recurso de transportes é razoável, ou se a gente precisaria trabalhar para aumentar.

Diferentemente do que disse a Sra. Márcia Perrone, vários serviços foram fechados no último governo, e acho fazem muita falta. O último governo fechou todas as tendas, menos uma: a Tenda 09 de Julho. As tendas fazem muita falta. São serviços de convivência de baixa exigência, que têm a possibilidade de entrada e saída, sem todo aquele rigor da carteirinha, do controle, se tem vaga ou não tem vaga. Por isso fazem muita falta as tendas. Fechou também o único serviço de porta aberta para crianças e adolescentes, que era o Moinho da Luz.

Entendo que fazem muita falta serviços de convivência com menos exigências, com entrada e saída mais livre. A maioria das pessoas em situação de rua preferia ter um lugar para cozinhar o seu próprio almoço do que ter um *ticket* para comer um marmiteix, ou bandejão, sem qualquer autonomia, sem qualquer direito a escolha. Faz muita falta um serviço de acolhimento, de convívio, de porta aberta para crianças e adolescentes, de preferência com

funcionamento 24 horas.

Gostaria de saber se, com essa previsão orçamentária, é possível pensar nisso? Ou a gente teria de buscar recursos de outras partes do Orçamento, para garantir que a SMADS seja capaz de implementá-los?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigada, nobre Vereadora Soninha.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Presidente Alessandro Guedes, escapuliu-me uma das perguntas mais importantes. V.Exa. me permite?

Amanhã, às 10h, haverá no Salão Nobre audiência pública sobre os CCAs, e a Secretária Berenice disse que haverá outra audiência, simultaneamente. Mas há alguns esclarecimentos que agradeço muito se ela puder nos dar: Os CCAs serão, de fato, transferidos de SMADS para Educação, como a Prefeitura cogitou até recentemente? Quantas vagas nos CCAs teriam sido cortadas em 2019, se para 2019 haverá um corte? E se há algum corte no Orçamento para a manutenção e a operação dos CCAs, em 2020.

Como tenho sido muito procurado por gestores dos CCAs solicitando essas informações, agradeço muito se puder esclarecer esse ponto. E como a senhora estará amanhã nesta Casa, se for possível até participar de uma e depois da outra, será muito bem-vinda sempre.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado. Secretária Aline, eu gostaria que a senhora falasse um pouco do sistema de qualificação profissional, o investimento anual da Secretaria nessa área, e como se dá, por onde se dá: se é apenas via CAT que as pessoas podem fazer essa parceria, se existem outras formas de as pessoas procurarem esse tipo de parcerias, nas ONGs, enfim.

O Prefeito Bruno Covas esteve recentemente na Câmara e anunciou o gasto de qualificação profissional na ordem de R\$ 150 milhões, algo que seria ótimo se estiver acontecendo, porque a gente sabe, eu tenho trabalhado nessa área e conheço bem o quanto

isso transforma a vida das pessoas.

Secretaria Berenice, da Assistência Social, existe um grande problema da Cidade que todos falaram aqui, e endosso, que a gritaria é geral da redução de convênios, da redução de serviços, porque de fato está acontecendo. E a gente não pode não reconhecer isso.

Acompanho exemplos de perto. Relatórios, às vezes, são produzidos e até parece perseguição por parte das supervisões das regiões, que apontam que não há naquele tipo de serviço oferecido o número que deveria ter, sendo que na verdade é totalmente o contrário.

Vou dar um exemplo da região da zona Leste que até despachei com o Secretário Adjunto, o Marcelo Dom Bosco, levei o pessoal da entidade quando conversei com ele. Lá existe um indicativo de redução, entretanto, aí ele me perguntou quantas pessoas a entidade atendia. A resposta é que ela atendia 20 pessoas além das 120 que estavam contratadas. Já estava coberta para 90.

— Não dá para passar uma régua onde eventualmente possa ter algum tipo de erro com a Cidade como um todo, porque é fato, está nos números. Reduziu o atendimento, tem reduzido a oferta da assistência, no momento em que o pessoal mais precisa, porque o País está em crise, as pessoas passam dificuldades, passam fome e às vezes, um serviço desses, é o que a criança, a pessoa ou o idoso tem para poder se alimentar.

Gostaria que falasse um pouco do fato dessa questão da redução, porque não podemos passar uma régua falando que reduziu por causa que... ou vai lá num determinado período do ano que, de fato, oscila um pouco mesmo o atendimento, porque às vezes existe algum tipo de problema climático, região de difícil acesso, áreas alagáveis, enchente, a criança não consegue ir e aí você dá por fim que aquele serviço caiu. Mas não foi assim, foi impedido. É como as pessoas que não conseguem sair para trabalhar, às vezes não conseguem ir para a escola, não vão a um convênio como esses.

Têm ocorrido assuntos como esses lá na zona Leste e na Cidade como um todo, como foi falado aqui. Eu gostaria que falasse um pouco sobre isso, até para não ser redundante, porque o que foi colocado aqui precisa de resposta urgente, para que a gente

possa ter tempo de trabalhar e propor soluções.

Obrigado.

Passo a palavra para a Vereadora Aline Cardoso.

A SRA. ALINE CARDOSO - Vamos lá tentar abordar todas as questões.

Primeiro dizer que a gente está à disposição para dialogar mais. Eu ouvi várias pessoas falarem que queriam mais detalhes sobre os nossos programas. Eu acho que isso faz todo sentido, porque, como eu disse, houve uma grande reformulação da Secretaria. Acontece que aqui não é o espaço. Como é uma audiência pública, a gente precisa ouvir mais a população para poder responder. É sempre aquele paradoxo, se a gente falar mais, sobra menos tempo para a população questionar. Por isso, a gente tem de fazer apresentações curtas, o que certa forma foi bom, porque a gente está a quase duas horas ouvindo questionamento da população e vai poder responder. Mas isso não impede que a gente possa ter outros diálogos.

Inclusive, quero aproveitar para fazer um convite, entendo que pode ser de interesse de muitos de vocês. Nós fizemos ampla divulgação, mas talvez não chegue a todos.

Nós estamos fazendo audiências regionais sobre o desenvolvimento econômico, já passamos por quatro regiões, ainda faltam quatro: Sul 1, dia 5; Oeste, dia 7; Norte 2, dia 11; Centro, dia 12. Depois, no final do mês, dia 26, vai ter uma central da Cidade toda.

Lembram que eu comentei que estamos fazendo um Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico? Esse plano, além de olhar para os setores, para as vocações temáticas da Cidade, ele olha para as diferentes regiões para tentar entender como a gente pode gerar mais emprego em cada região.

Qual é o gargalo que tem na região Sul 2? Qual é a dificuldade na região Sul? Leste 1? Quais setores têm mais oportunidades lá na Raposo Tavares Oeste? E assim sucessivamente.

Essas audiências regionais são muito importantes para tentarmos buscar soltar as travas de crescimento de geração de emprego nas diferentes regiões. É o momento onde a

gente fala sobre os diferentes programas.

Fica o convite para vocês participarem dessas quatro audiências, as outras quatro já aconteceram, mas também há possibilidade de diálogo.

Nessas audiências, todas as pessoas, sejam elas especialistas econômicos, ou cidadãos que têm interesse no tema, podem propor sugestões, depois a gente faz um apanhado com DIEESE e FIPE, isso tudo vai constar do Plano Municipal do Desenvolvimento Econômico no ano que vem.

Ou seja, além de ouvir especialistas que são acadêmicos e os setores produtivos, como o setor da moda, como o setor da tecnologia vão gerar empregos? A gente também está ouvindo a população nas diferentes regiões.

Então esse diálogo é muito interessante e importante, fica o convite para todos.

Queria lembrar, como eu disse no início, que houve uma reformulação global da Secretaria. Consequentemente algumas dotações orçamentárias foram reorganizadas e aparecem debaixo de outros programas.

Vou dar um exemplo: economia solidária. Hoje a gente tem ações de economia solidária em vários eixos. Há no artesanato, no cooperativismo, nas políticas de inclusão, etc. e tal. O fato de não ter mais uma alínea específica não significa que o programa não exista. Ele pode ter sido reformulado e estar em outras propostas.

Por outro lado, alguns outros temas, por exemplo, como o parque tecnológico da zona Leste, por que ele não aparece no orçamento deste ano? Porque justamente a política municipal de desenvolvimento econômico que está adequando as propostas que, de fato, fazem sentido para a geração de emprego está redesenhando quais são as estratégias corretas para que elas voltem a aparecer no formato certo.

Por que eu digo isso? Por exemplo: Lei de Incentivo da zona Leste. Foi criada uma lei que dava incentivos, vocês devem se lembrar disso, para as pessoas se estabelecerem num perímetro X e gerar emprego naquele perímetro X. A ideia era ótima. Infelizmente, essa lei não surtiu efeitos. Nós temos os dados. Era para implantar X mil empresas e gerar X mil empregos.

Isso não aconteceu. É uma pena, é triste.

O que a gente está fazendo no Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico? A gente está analisando por que não deu certo? Quais foram os fatores que fizeram com que aqueles empregos previstos não foram gerados? Para saber que novas ferramentas deverão ser feitas.

Há determinadas coisas que estão sim sendo revisitadas porque, provavelmente, elas não surtiram o efeito ou porque precisa ser atualizada de acordo com a demanda efetiva. Lembrando também que hoje a gente tem uma grande integração com o Governo do Estado que tem as políticas de parques tecnológicos ou de centros tecnológicos, como, por exemplo, o City na Marginal Pinheiros, que junta com a região da zona Oeste. Essas políticas não deixaram de ser olhadas, estão sendo desenhadas de maneira a ser mais eficientes. Esse é um ponto.

Da mesma forma, alguns outros programas como o turismo aparece sim, mas aparece nas dotações de desenvolvimento econômico e vocações regionais. Há nomes um pouco mais genéricos porque eles permitem uma ativação temática e regionalizada. Será que hoje que existe uma política de turismo, eu preciso ter uma dotação de turismo tão grande ou eu posso compartilhar responsabilidade com a Secretaria de Turismo, a gente ativa de uma forma e eles ativam de outra. Esse tipo de coisa está sendo repensada.

A Adesampa e a Vai Tec. O que aconteceu com a Adesampa? A Adesampa, Fabio, dobrou a sua execução orçamentária este ano. Aconteceu que havia um caixa parado na Adesampa de restos não executados na gestão passada, que foram se acumulando. Tinha quase 10 milhões de reais nesse caixa, nos últimos dois anos, por orientação da Fazenda, naquele momento, a gente continuou repassando dinheiro da Secretaria para Adesampa, durante dois anos, enquanto tinha um caixa parado na mesma Adesampa.

Neste ano, a Fazenda disse o seguinte: em vez de continuar o repasse consuma o caixa que tem na Adesampa e a gente só volta a repassar recurso - faz sentido - uma vez que você usar o caixa. Neste ano, por conta de todo atendimento ampliado e as qualificações

ampliadas, a execução orçamentária da Adesampa foi o dobro do ano passado. Embora - aí você tem razão - não tenha havido repasse da Secretaria para lá. Não se preocupe.

O que deve acontecer no ano que vem? A gente vai precisar aumentar o orçamento da Adesampa para dar continuidade a essa ampliação das políticas que estavam previstas no Plano de Metas. Quanto a isso também não se preocupe, idem para Vai Tec.

Programa Começar de Novo, desculpe a minha ignorância, eu não conheço. Não havia execução orçamentária para o Programa Começar de Novo na nossa Secretaria e o Pro Jovem tem alguns imbróglis com o Governo Federal, esse programa não está sendo executado, mas não há mais responsabilidade nossa é com o Governo Federal, a gente precisa verificar o que está acontecendo.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ALINE CARDOSO - Oi? Ah, desculpa. É. Na nossa Secretaria é, porque a grande maioria dos programas que nós estamos fazendo de qualificação de empregabilidade é voltada para o jovem. E aí vem também uma questão, que a Secretária Berenice vai dizer, que é o seguinte: política de trabalho, está no Trabalho, recursos do trabalho, está no Trabalho. Então você tem um cruzamento intersecretarial, porque hoje nós temos um grande orçamento de mulheres, de jovens, executado na nossa Secretaria, e assim sucessivamente.

Ela vai explicar um pouco mais, mas tem uma série de dotações orçamentárias nossas que, de certa forma, são compartilhadas com ela. Especialmente para os jovens. E aí em jovens e mulheres eu bato com força porque está aqui quem me conhece como Vereadora, são pautas que sempre defendi e não deixamos de executar na Secretaria. Só que esse programa teve problemas no Governo Federal e automaticamente os repasses pararam.

Por fim, segurança alimentar. A nossa proposta orçamentária para 2020 cria uma alínea de dotação de 6 milhões de reais, fora 1 milhão de primeira infância, ou seja, a gente vai para 2020 com 7 milhões de reais de política de segurança alimentar, coisa que não existia antes.

O que existia antes? Existia uma política municipal de abastecimento que estava

mais voltada à manutenção dos mercados do que é de fato educar as pessoas para se alimentar melhor. Com a separação das secretarias, houve um benefício para a segurança alimentar porque continua havendo a política municipal de abastecimento, mas hoje tem uma política municipal que educa as pessoas para se alimentarem melhor, que usa as cozinhas escolas para multiplicar conhecimento e que interage ainda com o abastecimento, com a agricultura, mas também com a educação, para disseminar melhor esses conceitos.

Então o Comusam, que é a política municipal de segurança, o organismo que olha para a política municipal, foi extremamente beneficiado nessa proposta orçamentária de 2020, isso é motivo de muito orgulho para todos nós.

Falando um pouco sobre qualificação profissional. De fato, a gente tem uma conta que chega perto de 150 milhões de reais de qualificação profissional, que é motivo de muito orgulho, que está sendo reorganizada, porque parte dela já era executada, porém sem alinhamento debaixo da política municipal de qualificação profissional.

Quando a política municipal de qualificação profissional foi sancionada, no início deste ano, a gente passou a olhar para todos os recursos de qualificação profissional em outras secretarias e dar um norte mais organizado para eles. Por exemplo, Cedeps dispõe de orçamento de cerca de 70 milhões de reais, tem três módulos: 1. Fortalecimento de vínculos, uma política mais exclusiva de SMADS; 2. Mundo do trabalho, uma política compartilhada entre SMADS e Trabalho, e 3. FIC, a formação inicial continuada, que é uma política de trabalho também.

Os Cedeps, embora tenham o objetivo misto, híbrido, de assistência de trabalho, não tinham diálogo com a Secretaria do Trabalho. Nós iniciamos uma aproximação, está sendo feito um piloto em 10 ou 12 Cedeps, levando os CATs para dentro dos Cedeps, isso tudo hoje está sendo muito mais efetivo no sentido de aumentar a empregabilidade das pessoas que saem dos Cedeps. Não significa que os Cedeps deixaram de fazer fortalecimento de vínculo, pelo contrário, eles talvez até possam focar mais em fortalecimento de vínculo, enquanto que a Secretaria do Trabalho ajuda mais nas questões de mundo de trabalho.

Esses 70 milhões de reais contemplam o fortalecimento do eixo trabalho dentro dos Cedeps, além de essa mesma integração na Secretaria de Educação que tem dois equipamentos de qualificação profissional, mais os CEUs, que passaram a ser usados para qualificação profissional e a própria Secretaria do Trabalho que tem mais de 40 milhões de reais destinados à qualificação profissional.

Nesse orçamento, que foi aumentado em 2019, que continua ampliado em 2020, estão contemplados, queridos Vereadores Suplicy, Soninha e Alessandro...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ALINE CARDOSO - Não, não, não. Desculpe. Para a elite não é porque tudo isso está sendo feito na periferia. A menos que tenha elite na periferia, também é uma possibilidade.

Os três Vereadores aqui - estou muito feliz que tenha os três na Mesa - são Vereadores que acompanham muito essas políticas, especialmente POT e também a possibilidade de emendas parlamentares. Eu faço aqui uma menção ao Presidente Alessandro Guedes, que é o Vereador que mais coloca emenda de qualificação profissional na Secretaria. Vários colocam, mas os números dele acabam sendo um pouco mais expressivos.

Hoje, eu diria que o grande destaque que a gente pode dar é a ampliação que está acontecendo em 2019 das frentes de trabalho do POT.

No início do ano nós tínhamos 1.100 pessoas no POT. Nesse pacote que o Prefeito lançou no 1º de maio, ele se comprometeu a triplicar as bolsas do POT. Nós recebemos orçamento para isso. No mês de novembro, finalizaremos o POT com 2.300 beneficiários. Já é mais do que o dobro do começo do ano. Pretendemos terminar 2019 com cerca de 3.000. Então a gente deve chegar perto da meta de triplicar. Para 2020, com esse orçamento que está aqui, nós vamos bater 4 mil, ou seja, mais que triplicar, quase quadruplicar.

Como que esses POTs são desenhados? Eu até citei no começo. Tem meio e tem fim a nossa Secretaria. Alguns organismos da Prefeitura são parceiros nossos na execução de POTs, por exemplo, neste mês de novembro a gente vai incorporar 500 pessoas num POT de

reciclagem, desenhado junto com os catadores e com as cooperativas, via Amlurb. Essa é uma parceria com a Amlurb.

No caso dos POTs de zeladoria, que estão ainda em 300, devem terminar o ano em 1.000, o que ajuda também na política de zeladoria, desenhado junto com a Secretaria de Subprefeituras. Nós deveremos ter também um POT para parques, que ajuda na manutenção e no cuidado dos parques e um POT para centros esportivos, idem.

O desafio é que todos esses POTs têm de ter seu plano de trabalho desenhado com essas secretarias fim. É por isso que eu já desejaria estar em 3 mil, mas a gente deve conseguir chegar em 3 mil só entre dezembro e janeiro. Mas a meta de 4 mil da Gestão Bruno Covas, é uma meta que é até o ano que vem, mas que a gente está perto de bater no final deste ano e continuar no ano que vem.

O crescimento dos POTs continua, o recurso está contemplado. Já duplicamos, até o final do ano devemos triplicar e para o ano que vem quase que quadruplica.

E o desafio da absorção dessa mão de obra, um pouco depende do caso a caso. Por exemplo, no caso da Amlurb as vagas vão estar limitadas a quem fez o curso Reciclar para Capacitar. Os Vereadores acompanham. Então a gente não vai abrir essas vagas na Amlurb para o grande público. A gente vai buscar em quem já fez o curso do Reciclar para Capacitar.

Já no caso de subprefeituras verde e esporte, a gente pretende colocar essas vagas o CAT. Só que a gente quer fazer isso de maneira relativamente filtrada, porque senão a gente corre o risco de ter 10 mil pessoas indo buscar vaga no CAT e vai causar frustração nelas. Então a gente já vai anunciar ao público mais específico.

Por exemplo, no caso de POT em parque a pessoa já precisa ter familiaridade com jardinagem e tal, porque a gente já faz um filtro para não causar frustração nas pessoas que vão buscar vaga e não tem a qualificação. Esporte idem.

A gente acredita que até final de novembro, começo de dezembro, já deve ter vagas de POT indo para os CATs.

Acho que no que tange às perguntas que foram direcionadas a mim era isso. Não

estou vendo mais nenhuma.

Agradeço pela oportunidade. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Secretária.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ALINE CARDOSO - Acabei de dizer, alguns são específicos como o da Amlurb, não é aberto para o público e outros serão colocados dentro do CAT, porém já com um filtro para saber quem pode se candidatar.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Secretária e Vereadora Aline Cardoso.

Passo a palavra para a Secretária Berenice.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA - Eu vou tentar responder por Secretaria, para ficar mais claro e mais fácil. Com relação à Secretaria de Direitos Humanos, foi falada a questão do Fundo do Idoso, de que nada foi empenhado esse ano e não o foi porque nós precisávamos aprovar o funcionamento do COAT e aprovar um edital. Não podíamos... quem usa o recurso, ou quem decide o uso do recurso, não é a Secretaria é o Grande Conselho Municipal do Idoso. Então, nós precisávamos que o Conselho se arrumasse para isso, então precisamos aprovar o Conselho de Orientação Técnica do Grande Conselho e o edital que foi publicado agora dia 7, 8 de outubro.

A gente espera que agora, com a publicação do edital, as entidades que sejam registradas no Grande Conselho apresentem projetos. A gente tem esse recurso de 645 mil no Fundo, mas a gente espera também que, com os projetos aprovados pelo Conselho, as OSCs que tiverem seus projetos aprovados, consigam convencer as empresas a fazerem as doações no final do ano, as destinações do imposto de renda, já que tanto o Fundo da Criança, quanto o Fundo do Idoso, podem receber destinações do Imposto de Renda.

É óbvio que a gente gostaria que isso tivesse saído antes, mas tem um processo de amadurecimento, de discussão dentro do Conselho, enfim, e a gente também está caminhando, o que é uma exigência do Ministério Público. É algo que a gente quer também

para tornar o Grande Conselho do Idoso um conselho deliberativo e não um conselho meramente consultivo. Isso tudo são passos que a gente precisa ir tomando. A gente espera que a nossa proposta é fechar a classificação das propostas do FMID até dezembro para que as OSCs possam buscar recursos na iniciativa privada. Ainda falando do idoso, a universidade para pessoa idosa não foi executada porque nós fizemos edital e o edital deu deserto, ninguém participou do edital, e aí a coordenação da pessoa idosa entendeu que seria melhor transformarmos a UAPI num projeto que estamos chamando de espaço longevidade, que inclusive está no programa de metas da Prefeitura, que é criar espaços de capacitação, qualificação da pessoa idosa em vários locais da cidade. Lançamos o edital em setembro, os fornecedores já foram escolhidos, estamos numa fase de recursos. A ideia é que a gente possa começar a executar isso agora em dezembro.

Com relação ao Fumcad, não é que a gente está com menos recursos, o Fumcad tem 214 milhões no banco, que está lá reservado, enfim, e ninguém vai mexer nesse dinheiro evidentemente. O que a Secretaria da Fazenda fez foi colocar no orçamento, em vez de colocar tudo no Fundo, colocou o que o Fundo vem executando ao longo dos anos. Por isso que na minha apresentação eu falei que, se a execução melhorar, a gente pede por que tem recurso financeiro, é simples, não é nada difícil de ser feito. Agora, para isso precisamos ter agilidade dentro da nossa Secretaria, também precisamos ter agilidade também do Conselho para analisar os projetos e nós precisamos ter bons projetos. Vamos lembrar que vários projetos, apesar de estarem aprovadas pelo Conselho, nós não assinamos porque os projetos não trouxeram programas claros com metas, enfim, então uma parte do recurso a gente acabou não conseguindo usar porque os projetos apresentados pelas entidades não eram projetos bons. Mas se o conselho e a Secretaria conseguirem executar 100, 214 milhões quem sabe a gente consiga executar tudo. Lembrando que desses 214 milhões tem aproximadamente 70 milhões que são de projetos da Secretaria de Educação, que tem construção de creche, que já tinha sido aprovada há alguns anos, e que até agora não foi executado. Não há diminuição do valor, o valor está lá e vai depender da capacidade do

CMDCA, do qual você é presidente, e da nossa Secretaria de executar esses projetos.

Com relação aos conselhos tutelares, os conselhos, conforme já foi dito, eles eram tecnicamente ligados à Secretaria, mas administrativamente ligados a Subprefeituras e houve uma decisão do Prefeito Bruno Covas, a meu ver acertada, de passar a administração dos conselhos também para Secretaria porque, em tese, teremos um olhar mais dedicado a esses conselhos, já que os subprefeitos tem outras tantas atribuições de zeladoria, todos os problemas do bairro, enfim, por isso houve o projeto de passar os conselhos para a Secretaria de Direitos Humanos.

Quem elaborou o orçamento dos Conselhos para 2020 não fomos nós, foi a Secretaria das Subprefeituras porque, como recurso estava lá, os projetos estavam lá, foram eles que executaram a proposta orçamentária que está no nosso orçamento. A partir daí a gente tem feito reuniões com a Secretaria de Gestão e com a Secretaria das Subprefeituras para ver quais são os Conselhos, onde eles estão localizados, se o prédio é próprio ou alugado, já acertamos com os prédios, que as instalações dos Conselhos que estão dentro das Subprefeituras continuarão dentro da Subprefeituras, e com as Subprefeituras bancando os gastos e os outros gastos a gente vai acertando.

Ao longo do ano, a gente tem feito várias reuniões para discutir isso, inclusive vem pessoal administrativo das Subs para trabalhar nos Conselhos Tutelares. Então, é algo que estamos finalizando a passagem. Esperamos até final de novembro, começo de dezembro, editar... o Prefeito vai editar um decreto fazendo essa passagem e a gente poder administrar os Conselhos Tutelares, a partir do ano que vem.

Com relação à formação do SIPIA, não foi essa informação que eu tive, a formação do SIPIA foi uma formação boa, completa, foi feita pela representante do SIPIA no Estado de São Paulo, que tinha sido capacitada perante o Governo Federal, mas não tem problema nenhum de a gente repetir as capacitações. A gente está aqui para isso. Agora o que eu estranho é que 206 conselheiros tutelares foram capacitados para usar o SIPIA e só um está usando. Aí a cidade de São Paulo não tem informações dos Conselhos Tutelares sobre

violência praticada contra crianças e adolescentes. Isso não é... não é essa a informação que eu tenho. A Ana Maria está aqui e ela pode passar essas informações, independente do SIPIA fato é que não temos essas informações nem no papel. Então, essa questão...o sistema é uma coisa, outra questão é a Secretaria ter informações sobre violência contra crianças e adolescentes. Nós fizemos recentemente uma adesão ao Pacto Global pelo fim da violência contra crianças e adolescentes na cidade de São Paulo e a cidade de São Paulo é a primeira que faz adesão a esse pacto que tem Unicef e outras instituições. Confesso que eu passei vergonha, porque nós tínhamos dados de violência da SMADS, dados de violência da Saúde, tínhamos dados de violência da Segurança Pública e não tínhamos dados dos Conselhos Tutelares, que em tese é a porta de entrada número um dessas denúncias.

Independente do sistema funcionar ou não, que a gente pode aperfeiçoar, pode capacitar de novo, a gente vai capacitar o administrativo agora, mas nós precisamos desses dados. Os Conselheiros Tutelares são servidores públicos *lato sensu*, recebem salário da Prefeitura, prestam serviço importantíssimo de garantia de crianças e adolescente e não é possível que a gente não tenha informações sobre o trabalho que eles fazem.

Sobre o orçamento de drogas, nós tínhamos 100 mil, gastamos 60 mil nas pré-conferências e nas conferências e o resto está congelado, não foi utilizado. Aliás, a respeito do orçamento de direitos humanos, nós chegamos a 74% do executado que mesmo sem o ano ter terminado é a maior execução orçamentária da Secretaria de Direitos Humanos até hoje. Apesar de ser uma Secretaria pequena, que tem dificuldades, tem um grupo pequeno de servidores, a gente conseguiu ter uma execução hoje melhor do que nos últimos quatro anos.

Com relação à rede de serviços, embora as pessoas achem que não, nós tivemos um crescimento de recursos destinados à rede de serviços de direitos humanos. Em 2017 o gasto foi 6,9 milhões e para 2020 existe uma previsão de 21 milhões. Estamos tendo um aumento bastante grande da rede de serviços da Secretaria de Direitos Humanos.

A Casa da Mulher Brasileira vai ser inaugurada dia 11 de novembro, às 11 horas, no Cambuci, todo mundo sabe onde é. Demorou porque a empresa que estava... concluiu

parte da obra e daí foi tirada da obra pelo Governo Federal e tivemos que a cidade de São Paulo teve que licitar o restante da obra, que era o espaço externo, a garagem, e aí não tínhamos mais recursos para mexer na parte interna, porque, como a casa ficou três anos fechada, evidentemente tinham problemas de vazamento, chuva, enfim e conseguimos doações da MRV, que é uma construtora e da Avon, que reformaram a casa e estão ajudando na capacitação. A casa vai funcionar nos moldes exigidos pelo Governo Federal, inclusive tem um termo de adesão assinado por todos os partícipes: Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria, Estado, Segurança Pública, Capital e Governo Federal. Vai ter a integração de todos os serviços lá. O Poder Judiciário vai estar lá, o Poder Judiciário vai ter jurisdição nos casos de violência contra mulher para cidade de São Paulo inteira. Qualquer mulher de qualquer local de São Paulo vai poder ir à Casa da Mulher Brasileira, ela pode morar na Zona Leste e pode ir lá que a medida cautelar que for necessária vai ser concedida a essa mulher na Casa da Mulher Brasileira.

Nós vamos ter plantão do Poder Judiciário, do Ministério Público, a Primeira Delegacia de Defesa da Mulher vai se transferir para o espaço. Vamos ter uma OSC que já foi contratada, Companhia dos Sonhos, acho que é o nome, e que vai trabalhar lá também, recebendo recursos nossos da Secretaria, aliás, recurso do Governo Federal, repassado à Secretaria. Esperamos que esse trabalho seja feito do jeito que precisa ser. Chega a mulher e ela é imediatamente atendida pela equipe da OSC, depois, se for o caso, ela vai para delegacia que é naquele prédio. A gente está pedindo, inclusive, se é possível ter um perito do IML, caso haja necessidade de fazer um laudo com urgência lá. Esperamos que essa mulher saia de lá, se for o caso, com uma medida cautelar. Lá também tem cela, se houver necessidade de homens ficarem detidos, e tem na casa algumas vagas para mulheres e crianças, caso haja necessidade que essas mulheres sejam acolhidas.

Esse é o modelo que foi desenhado pelo Governo Federal, o modelo que já funciona em algumas cidades, lembro bem de Campo Grande, onde já funciona. É um modelo de integração de serviços, assim como quando a gente fala do Núcleo de Atendimento Inicial

de Crianças e Adolescentes, também é um modelo de integração de serviços, onde você tem serviços municipais e estaduais que funcionam em conjunto para que a mulher especialmente não seja revitimizada, ou seja, ela não precisa passar na delegacia, depois passar em outro lugar. Ela vai ser atendida no local só e a gente vai ter também ações de trabalho. O Programa Tem Saída também vai trabalhar conosco.

Apesar de, em minha opinião, o prédio ser um pouco grande demais, eu achava que o Governo Federal não precisava gastar tanto dinheiro com prédio tão grande, mas uma estrutura tão grande, mas acredito que o programa vai funcionar porque estão todos os parceiros muito empenhados em que isso dê certo.

Em relação ao pop. rua, ainda falando da Secretaria de Direitos Humanos, não cabe à Secretaria de Direitos Humanos... ela é uma Secretaria de articulação. Ela não é uma Secretaria necessariamente de execução de serviços. Então, como a nossa colega aqui falou, o recurso da Saúde tem que estar na Saúde. Ali a pop. rua é atendida. Temos um programa muito conhecido que é o Consultório na Rua, que tem uma atuação belíssima na cidade de São Paulo e que precisa ser expandido, porque vemos que tem muita população em situação de rua com problemas de álcool e drogas.

Então, é fundamental que o Consultório na Rua atue junto com a SMADS. A gente tem o programa Pote, que Aline colocou, que tem beneficiários da população em situação de rua. Inclusive no Programa Redenção, que são as pessoas que saem da Cracolândia, no CIAT 3, é um local onde há capacitação para essas pessoas. Então, a Secretaria de Direitos Humanos, na verdade, ela trabalha como uma Secretaria articuladora, em relação a essa política e é por isso que o Comitê pop. rua está lá. Agora, nem a SMADS, nem direitos humanos, nem a Saúde, nem o trabalho, nem habitação, podem resolver esse problema sozinhos. Só vamos conseguir resolver com todos trabalhando juntos.

Vai haver um recurso, depois a Comissão pode pedir maiores esclarecimentos para o Secretário João Farias, de Habitação, ele vai apresentar o programa. O Prefeito vai lançar um programa que tem um alto investimento na área de habitação social, com *retrofit* de

prédios no centro da cidade, com moradias sociais, aluguel social, enfim, porque, como eu aprendi com o pessoal que trabalha com o pop. rua, o que a pop. rua quer é chegar em casa e fechar a porta. Ele não quer ir para o CTA, não quer dormir com mais 300 pessoas.

Estamos trabalhando. O primeiro, e aí vamos falar um pouco da SMADS, com a transformação de vagas de CTAs em repúblicas. Já temos quatro editais publicados e tem mais nove supervisões regionais que vão publicar editais para repúblicas de pop. rua. Estamos conversando com habitação para pensar em moradias sociais na habitação e volto a dizer depois do João Farias vai explicar um pouco melhor. Sendo que, em relação a PopRua, nós vamos dar uma prioridade para a população idosa e para as mulheres vítimas de violência.

E por que população idosa? No Cadastro Único levantamos que temos mais de três mil pessoas em situação de rua acima de 60 anos e sete mil entre 50 e 59 anos. Então é uma população que está envelhecendo na rua e que a gente precisa atender, acolher, a cidade de São Paulo até 2050 a população idosa será maior população da cidade de São Paulo, então nós precisamos nos preparar para isso. Por isso que esse programa adaptação também vai privilegiar idosos e mulheres vítimas de violência, que sabemos qual é o problema todo que aflige a questão da mulher vítima de violência.

O auxílio aluguel está sendo as pessoas estão sendo recadastrados pela Secretaria de Habitação e não sei exatamente como está, mas de qualquer forma essa gestão teve um grande mérito que foi construir o Asdrubal, que é o primeiro edifício de moradia social para pop. rua, que vem funcionando muitíssimo bem. É uma experiência que merece ser compartilhada, falada, por que está funcionando super bem e temos feito esforços para até melhorar essa proposta.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. BERENICE GIANNELLA – Com relação ao orçamento da criança...

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

A SRA. BERENICE GIANNELLA – ...a gente ainda precisa ter outros dados para ter um orçamento mais completo, mas a gente tem trabalhado com essa questão aí.

Eu vou falar agora um pouco sobre a questão do orçamento da SMADS. Houve uma proposta que veio da Fazenda, um parâmetro da Fazenda, de um bilhão 220 milhões. Nós pedimos, enquanto Secretaria, um bilhão 427 e o COMAS aprovou um quinhentos e sessenta e sete. A proposta final encaminhada foi de um trezentos e oitenta e sete, que está bem próximo do um quatrocentos e vinte e sete que nós entendíamos, enquanto Secretaria, que era o adequado.

Nesse valor não estão previstos os reajustes nem dos servidores, nem dos serviços, estou esclarecendo.

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

A SRA. BERENICE GIANNELLA – Depois a gente pode, ao longo do ano, ir conversando sobre isso. A gente sabe que o orçamento vem no começo do ano, depois tira daqui, põe para lá. Enfim, a gente pode discutir um pouco melhor isso daí.

Com relação à não execução de emendas parlamentares, nós temos apenas uma emenda parlamentar municipal não executada, que é a do Vereador Eduardo Suplicy, no COMAS, em que há uma discussão com o jurídico lá. O Vereador está bem a par do que está acontecendo, e temos três emendas do orçamento federal não executadas.

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

A SRA. BERENICE GIANNELLA – Eu não estou falando que está com vocês. Eu estou dizendo que ela está não executada.

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

A SRA. BERENICE GIANNELLA – Mas eu falei que está parada no COMAS?

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

A SRA. BERENICE GIANNELLA – Não. Eu não falei no COMAS. Eu falei que nós temos apenas uma emenda de Vereador não executada, que é a do Vereador Eduardo Suplicy, de 300 mil reais, e temos três emendas federais não executadas, que eu não sei exatamente qual o motivo.

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

A SRA. BERENICE GIANNELLA – Nós temos 12 milhões de recursos federais que vieram em 2017 para os venezuelanos. Nós estamos fazendo um novo plano de trabalho. Já conversamos com o Ministério do Desenvolvimento Social, hoje Ministério da Cidadania, para apresentarmos uma nova proposta para o COMAS, porque esse dinheiro era um pouco engessado demais e a gente quer executar esse recurso, não apenas com os imigrantes venezuelanos, mas com o PopRua. Então, estamos finalizando uma proposta para encaminhar ao COMAS para executarmos esses 12 milhões do orçamento federal, que também estavam parados.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Permita-me, Secretária Berenice, só para esclarecer. Esse projeto de emenda que se refere ao COMAS, refere-se a um estudo para que o Município de São Paulo estude a transição em direção à renda básica de cidadania. Nós tínhamos proposto que possivelmente isso poderia ser feito, por exemplo, com a PUC São Paulo, porque lá há diversos professores que são estudiosos desse tema, dentre os quais a Aldaíza Sposati, mas há o Ladislau Dowbor e tantos outros.

Então, eu esclareci à Secretária Berenice que será bom fazer um encaminhamento ao COMAS para ver o que é possível aprovar.

A SRA. BERENICE GIANNELLA – Foi aprovado, mas o jurídico entende que não dá para a gente fazer dispensa de licitação por causa da resolução COMAS. A gente tem de licitar e é essa a discussão.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Então, que seja feita a licitação e, daí, acho que a PUC pode entrar na licitação normalmente.

A SRA. BERENICE GIANNELLA – Exatamente.

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

A SRA. BERENICE GIANNELLA – Concordo, mas o COMAS diz que esse valor tem de entrar no fundo e eles decidem e eles não aceitam que seja dirigido a alguma entidade. É isso.

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

A SRA. BERENICE GIANNELLA – Tem uma resolução do COMAS. É isso o que eu estou tentando explicar.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Então, o COMAS pode colaborar para acelerar isso, por favor.

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

A SRA. BERENICE GIANNELLA – Já passou no COMAS. Eles aprovaram...

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Temos de falar com o jurídico.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Se for o caso, Secretária, poderia promover o encontro do Vereador com o representante do jurídico do COMAS para ver qual é o entrave.

A SRA. BERENICE GIANNELLA – O COMAS já deliberou. A questão está no jurídico.

A questão é que eles querem que seja feito mediante não chamamento e o jurídico quer que se licite, que se abra o edital de chamamento. A discussão é essa. Por isso que emperrou. Não é porque o jurídico demora. Enfim, é uma discussão...

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

A SRA. BERENICE GIANNELLA – Tem uma discussão jurídica enorme aí. Enfim, não vamos entrar em detalhes.

Com relação à questão da criança e o adolescente lá na SMADS, nós publicamos editais de família acolhedora. A gente espera que dê certo desta vez, porque da outra vez parece que a coisa não foi muito bem. A nossa ideia são três editais. São 30 famílias em cada edital e a gente espera com isso que entrem menos crianças nos SAICAs, para que a gente possa logo fazer uma transição dessas crianças para famílias substitutas o mais rápido possível.

Existe um grande recurso para os SAICAs, porque existe um reordenamento que foi proposto em uma resolução conjunta entre o COMAS e o CMDCA, que os SAICAs passassem

de 20 para 15. Isso está sendo feito, está no plano de metas e tem recurso para 2020.

O Censo PopRua, nós fizemos uma licitação. A FIPE, que havia participado, que havia feito o censo em 2015, não participou da licitação neste ano. Então, ganhou uma outra empresa que se chama Qualitest e está executando o trabalho. Os dados qualitativos devem estar prontos no início de dezembro. Os quantitativos, no início de dezembro, e os qualitativos, depois.

Houve, sim, e eu não sei se foi a Soninha que me perguntou ou se foi o Vereador Suplicy, houve, sim, uma subprefeitura em que quando o pessoal do censo chegou lá a subprefeitura tinha feito um trabalho para levar as pessoas para o CTA. Enfim, houve um prejuízo para o censo. A gente soube disso no dia seguinte e o censo vai ser repetido nesse lugar e vai ser repetido em quantos lugares for necessário, se houver alguma intercorrência, como um problema na Cracolândia, em que eles não consigam entrar. Enfim, a gente tem um canal aberto com todos. O Sr. Vereador tinha me ligado para falar sobre isso e a Vereadora Soninha também me telefonou. Então, não se preocupem. A gente quer que o censo seja o mais fiel possível, o mais claro possível, porque a gente precisa desses dados para planejar política.

Hoje nós inauguramos a Casa Florescer II e as pessoas me perguntaram se vamos inaugurar mais casas. Eu disse que a gente precisa bater os dados do CAD Único com os dados do Censo PopRua, onde essa questão de gênero, de identidade de gênero está sendo também colhida, para a gente saber se a gente precisa abrir outras casas de mulheres trans, se a gente precisa abrir casas de homens trans, se a gente precisa de mais acolhimentos de idosos. A gente precisa desses números inclusive para levar adiante a política da Secretaria.

Na SMADS, para PopRua, neste ano nós temos 275 milhões no orçamento. Então, não é pouco. Isso com as repúblicas, com os centros de acolhida. Enfim, eu concordo com vocês quando vocês dizem que o trabalho dos CTAs não é bom, que o trabalho dos centros de acolhida também não é bom, mas eu acho que a gente passa aí por uma mudança na portaria 46, por uma mudança no RH desses locais. Eu acho que não dá para uma assistente social

atender 70 pessoas no centro de acolhimento se a gente quer ter vínculos, quer ter empatia com essas pessoas, fazer um PIA bem feito. Então, acho que a gente precisa, de fato, rever isso com o apoio do COMAS.

Nós temos 69 milhões para os Cedesps. Vocês viram que, neste ano, nós recebemos 12 milhões da Secretaria de Trabalho para os Cedesps. Os Cedesps vão continuar na SMADS e a gente está fazendo, como a Aline falou, esse mix de trabalho da SMADS com a Secretaria do Trabalho para ver se a gente consegue melhorar a questão da empregabilidade das pessoas que saem dos Cedesps.

Não houve fechamento de CCAs depois que eu entrei lá. O que nós tivemos foi algum corte de vagas. São 483 serviços. Nós tivemos diminuição de vagas em alguns serviços e eu reitero o que eu disse todas as vezes: nós temos CCAs que comportam, que têm 240 vagas, por exemplo, e que você vai olhar a frequência e têm 180 crianças frequentando.

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

A SRA. BERENICE GIANNELLA – Alguns nós fizemos, Márcia. Alguns nós fizemos. Alguns se propuseram a fazer e outros se negaram a fazer.

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

A SRA. BERENICE GIANNELLA – Não. Nós não cortamos, Márcia. Nós fizemos...

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

A SRA. BERENICE GIANNELLA – Então, o corte foi ínfimo e a gente acha que os CCAs, assim como os outros locais de portas abertas, têm de ter mais pessoas matriculadas, porque existe problema de frequência. A gente tem CCAs que têm 300 vagas e têm 380 crianças inscritas e a gente tem uma frequência alta. Quer dizer, não é possível que a gente tenha pessoas na fila, crianças na fila de espera, que precisam do CCA e o CCA se negue a matricular mais crianças. Então, eu acho que isso a gente precisa... foi uma decisão que a gente tomou. No meu modo de entender, uma decisão acertada.

Os CCAs definitivamente - como eu já disse duas, três, cinco, quinze vezes -, não vão para a Educação. O que a gente está fazendo... a Educação está repassando 100 milhões

do orçamento do ano que vem e 24 milhões do orçamento deste ano para cobrir o recurso que foi cortado, da SMADS, e a gente está elaborando uma conversa com a Secretaria da Educação para a gente... Porque a Educação, para ela repassar esse recurso, que é um recurso carimbado, ela precisa ter... As DREs foram nos CCAs, viram o que tinha de atividade nos CCAs que casavam com o currículo da cidade de São Paulo e é isso que vai ser remunerado pela Educação. A gente ainda está conversando com eles. Enfim, conversa com as equipes de orçamento, e a gente espera definir isso rapidamente, mas nós não vamos ter uma mudança, nenhuma grande mudança em relação a isso.

Acho que foi o Vereador Eduardo Suplicy que me perguntou. Nós temos no Bolsa Família, 441 mil famílias; no Renda Mínima, 11 mil famílias e no Renda Cidadã, 1.817 famílias. Eu concordo, eu e a Soninha já conversamos bastante sobre isso, com a questão das tendas, dos equipamentos abertos 24 horas, porque eu acho que somente quando você fala com as crianças, quando você fala que vai levá-las para o SAICA, elas saem correndo. Então, a gente precisa pensar em outros programas para que as crianças possam entrar, possam estabelecer um vínculo com as pessoas que estão lá, possam confiar nas pessoas que estão lá, para que a gente consiga convencer essas crianças a voltar para a escola, a fazer uma atividade, a criar laços de afetividade, porque são crianças que perderam isso muito cedo e a gente acha que a partir daí, a gente vai conseguir melhorar esse atendimento. Isso precisa..., ainda vai passar por uma discussão no COMAS, mas eu já adianto e já tinha falado isso com a Soninha outras vezes, eu sou super fã desse tipo de atendimento que eu acho que ele é super eficaz.

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

A SRA. BERENICE GIANNELLA – Concordo em gênero, número e grau. Eu, inclusive, acho que reduzir de 20 para 15 não resolveu os problemas nos SAICAs. Acho que nós precisamos pensar em uma divisão por faixa etária, nos SAICAs, considerando obviamente a questão dos irmãos e a questão de você não produzir um segundo rompimento de vínculo para aquela criança que está lá. Mas acho que nós precisamos pensar seriamente nisso. Eu fui presidente da Fundação e lá a gente não podia ter um menino acima de 15 anos em uma

unidade que era de 12 a 15. E aqui fica tudo misturado, com metodologias que deveriam ser totalmente diferentes.

A gente tem um recurso da Unesco e uma das contratações que a gente está pretendendo fazer é dessa avaliação dos SAICAs. A gente acha que diminuir de 20 para 15 não resolveu os problemas dos SAICAs. Acho que agente precisa pensar de novo no SAICA Acolhida, porque ter um em cada região também não está dando certo, porque está muito próximo do crime organizado. Talvez, a gente tenha de ter um único SAICA inicial que gire rápido e que a gente consiga fazer uma avaliação desse adolescente rapidamente.

Enfim, estou expondo aqui o que eu acho, mas acho que a gente precisa repensar tudo isso.

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

A SRA. BERENICE GIANNELLA – Vocês me perguntaram tanta coisa. Calma.

Em relação ao CRD e os Centros LGBTs da Secretaria de Direitos Humanos, eu sinceramente acho que o CRD pode muito bem absorver e integrar os serviços com o nosso centro daqui do centro da cidade de São Paulo.

A nossa proposta é que seja feito um único local, que se atenda o Programa Transcidadania nesse local e que a gente passe a atender adolescentes, jovens a partir de 15 anos. Porque os jovens de 15 anos que sofrem homofobia, transfobia acham que a gente pode ter um serviço de atendimento mais eficiente para ele se a gente atendê-los dentro de um centro de direitos humanos. A gente está discutindo isso. A gente não fechou ainda decisão em relação a isso, mas, de qualquer forma, a gente já vai lançar o edital para a zona Oeste, para o ano que vem.

O Transcidadania. Neste ano nós tivemos 200 bolsas de 1047 reais. No ano que vem, pelo orçamento, nós temos 300 bolsas previstas. Quer dizer, a gente está aumentando em 50%, e nós vamos abrir também um quiosque, se houver a liberação do poder judiciário, no Largo do Arouche, depois que ele estiver pronto.

Em relação aos fundos de desenvolvimento urbano para moradia, eu volto a dizer

que peço que vocês perguntem isso para o João Faria e o Chucri, porque eles vão saber explicar melhor. Mas vai ter, sim, recurso, tanto do Fundurb, quanto do Fundo da Habitação para PopRua.

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

A SRA. BERENICE GIANNELLA – CDCM. Você tem toda a razão. Falta um CDCM na zona Norte e esse é um dos motivos porque a gente queria fazer a integração dos serviços, porque a gente não consegue saber com os serviços em direitos humanos e em SMADS se a mesma mulher não está sendo atendida um dia no CDCM e em outro dia no CCM. A gente precisa integrar os bancos de dados para a gente saber isso e poder abrir CDCMs onde há necessidade, e a zona Norte é uma das que a gente sabe que existe necessidade para isso.

A Casa de Passagem a gente não abriu porque o governo federal cortou um recurso que estava destinado à Casa de Passagem. A nossa ideia para a Casa de Passagem é passar essa casa para SMADS para que a gente tipifique a Casa de Passagem no Comas. A gente já mandou o projeto, a proposta de tipificação porque a gente acha que tudo que é acolhimento de mulher vítima de violência teria de ficar em SMADS e não metade em direitos humanos e metade em SMADS.

A gente está criando uma central de vagas em SMADS para também, de uma vez por todas, a gente conceder as vagas de acordo com os dados do Sisa, sem precisar ficar ligando para os locais. Enfim, para que a gente não tenha mais crianças dormindo nas vans dos conselhos tutelares. Eu espero que isso caminhe e dê certo também.

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

A SRA. BERENICE GIANNELLA – Olha, tudo o que eu tenho aqui..., eu não tenho diminuição do CDCM. Eu sei se a Ariane tem esse... Nós temos a proteção especial, em 2019 era 513 milhões e em 2020, 639 milhões; a proteção básica era 495 e foi para 515. Então, não tem diminuição de recurso para serviços. O único que teve diminuição de recurso foi para a administração da Secretaria e a gente acha que, de fato, tem uma gordurinha lá que dá para a

gente economizar.

Bom, eu acho que eu respondi tudo.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Secretária, com respeito à chamada busca ativa, que poderia avançar o Bolsa Família de 432 para 584 mil e os recursos viriam do governo federal para pagar os beneficiários.

Então, só... é sempre bom lembrar que isso pode ser feito.

A SRA. BERENICE GIANNELLA – A gente também está caminhando com isso, Vereador, para aumentar a busca ativa e a gente conseguir cadastrar o maior número possível de famílias.

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

A SRA. BERENICE GIANNELLA – A gente não chegou a discutir isso, eu acho, em nossas reuniões internas ainda. Acho que pela portaria dá para ter horas técnicas.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Como foi a pergunta?

A SRA. BERENICE GIANNELLA – Como RH fixo, não tem. A gente poderia trabalhar com horas técnicas se for necessário, me parece.

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

A SRA. BERENICE GIANNELLA – Olha, como eu disse para vocês quando eu fui lá no COMAS, a Secretaria tem um problema grande de administração, um problema grande de gestão. A gente tem poucas pessoas, poucos sistemas, pouca tecnologia de informação, e a gente precisa avançar nisso. E isso tudo gera trabalho e retrabalho. Um exemplo claro de retrabalho: a CGPar faz o edital, manda para a supervisão, a supervisão publica o edital, faz a seleção. Aí, volta para a CGPar e a CGPar diz: “Não, isso aqui, esse programa não está bom e não sei o quê, vamos decidir para...”

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

A SRA. BERENICE GIANNELLA – Entendi. Eu estou dando um exemplo do retrabalho e de algumas confusões de falta de gestão. Eu falei disso no primeiro dia em que fui ao Comas. Foi a minha primeira fala.

- Fala fora do microfone.

A SRA. BERENICE GIANNELLA – A gente não está cortando tudo, Marcel.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) - Sra. Secretária, solicito que a senhora se encaminhe para a conclusão.

A SRA. BERENICE GIANNELLA – Eu já concluí; foram eles que perguntaram.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Eu sei; todos tiveram oportunidade de fazer uso da palavra, mas está tendo esse bate bola; as pessoas perguntam, e a senhora responde, mas só para se atentarem e caminharem para a conclusão, para que a gente possa encerrar a audiência.

A SRA. BERENICE GIANNELLA – Bom, eu agradeço a todos que estão presentes e todos da sociedade civil que estão aqui. Eu estou, absolutamente, à disposição para a gente conversar e discutir. Eu não aceitaria ir para SMADS se o Prefeito tivesse chegado para mim e dito que iria cortar serviços. Não foi isso o que ele me falou, e não é isso o que está acontecendo. É óbvio que a gente tem, como eu disse, problemas de gestão, problemas de administração na Secretaria, mas estamos tentando consertar. A gente quer manter uma boa relação com o Comas; a gente tem ido ao COMAS; eu fui uma vez só, mas o Douglas que é o Gerente do SUAS, já foi outras vezes, e a gente espera que essas questões todas que estão sendo encaminhadas sejam discutidas e decididas, como gastar esses 12 milhões que veio do Governo Federal, a questão da Casa de Passagem para as Mulheres, o PIU ordenamento do Sacas, enfim, a gente precisa avançar em alguns assuntos na Secretaria, e a gente tem certeza que vai conseguir avançar se conversar com vocês.

Agradeço a presença de todos e à Câmara pela oportunidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Secretária Berenice Maria Giannella. Houve um total de 45 minutos de respostas que a senhora promoveu às pessoas.

Estou vendo que há um senhor com perguntas a fazer. Se aproxime da mesa e pergunte a ela diretamente.

Quero agradecer a presença de todos vocês.

Foram quatro horas de audiência pública, 30 pessoas inscritas, com bate bola de perguntas e respostas importante. Acho que, hoje, a Comissão de Finanças contribui para a construção desse relatório.

Quero agradecer à polivalente Vereadora Soninha Francine, ao Vereador Eduardo Suplicy, às Secretárias Berenice e Aline, o representante da Fazenda Sr. Vicente Afonso, à Secretária Adjunta de Direitos Humanos Maria Fortunato e a toda a sociedade presente que veio e participou.

Apesar de ter havido 30 inscritos, somente seis deles entregaram suas demandas à mesa, e se faz necessário que entreguem as demandas, como eu expliquei, se não agora, poderá ser feita também pelo site, mas façam, porque a garantia da fala não é garantia de que a demanda foi acolhida; precisa ser documentada.

Esta semana teremos ainda: quarta-feira, audiência pública na Secretaria de Subprefeituras e Secretaria de Obras; e, no final de semana, Jaçanã, Vila Maria, Santana, Tucuruvi; na zona Leste vai ser Itaquera, Penha, Ermelino Matarazzo, no Estádio do Corinthians.

Obrigado, boa noite a todos.

Obrigado à equipe que aguentou todo o trabalho com a gente na sexta-feira, sábado e domingo.